DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br

ANO XXXVIII • Nº 8170 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2024

DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

PF desvenda conspiração para executar agentes do governo

Geral *Pág.06*

Ontem (10), a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado iniciou em Tocantins a Operação Comminatio Magistratus II, com o objetivo de desmantelar uma organização criminosa que planejava atacar agentes públicos na região de Dianópolis (TO). Segundo a Polícia Federal, na etapa inicial da operação, realizada em maio, foram executados 58 mandados, sendo 35 de busca e apreensão e 23 de prisão preventiva em municípios de Tocantins, Goiás e Maranhão. Na etapa seguinte, conforme informado pela PF, estão sendo executados dois mandados, um de prisão preventiva e outro de busca e apreensão, "contra um membro de facção que ainda estava monitorando as atividades diárias de um servidor público".

(Foto: Divulgação/PF)



Os líderes do grupo emitiam ordens de dentro de presídios para que demais integrantes executassem o plano.

Leis e Projetos *Pág.02*

Acesso igualitário: Comissão debate proteção de pessoas com deficiência em tempos de crise

Esportes *Pág.08*

Torcida do Grêmio preocupada com descrença do time para próximo jogo decisivo

Política *Pág.03*

Ex-presidente tentou resgatar joias em aeroporto, diz ex-chefe da Receita

Bolsonaro atuou para o resgate das joias sauditas no Aeroporto de Guarulhos (SP) em ao menos duas ocasiões, segundo confirmou em depoimento à PF, o ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes. Além do depoimento em que admite que Bolsonaro o impeliu a agir para a apreensão dos presentes, uma troca de mensagens interceptada pela PF reafirma que o ex-secretário e Mauro Cid pretendiam "recuperar os bens" retidos.

Economia *Pág.04*

Apesar de alimentos e bebidas, IPCA recua para 0,21% em junho

Após alta de 0,46% em maio, a inflação oficial medida pelo IPCA desacelerou para elevação de 0,21% em junho. Com o resultado, o índice acumula inflação de 2,48% no ano e de 4,23% no acumulado de 12 meses. A maior contribuição de alta partiu do grupo de alimentação e bebidas, que registrou alta de preços de 0,44% no mês.

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

No Brasil temos **149 milhões** de bichos de estimação

94% afirmaram que a saúde mental melhorou por ter um Pet

93% de quem é ou já foi um tutor, os pets são membros da família

O país tem a **terceira maior população de pets do mundo**, atrás apenas da China e dos EUA

50% dos tutores adotou seu pet

94% dos brasileiros têm ou já tiveram um animal de estimação

42% resgataram o animal na rua

ANIMAIS PREFERIDOS	
1. Cães	47%
2. Gatos	23%
3. Aves	12%

MOTIVOS PARA TER UM PET	
Felicidade	98%
Apoio emocional	96%
Segurança	95%

FONTE Quaest / Petlove — INFOGRAFFO

Internacional *Pág.05*

Otan se reúne em Washington sob sombra de eleição nos EUA

Economia *Pág.04*

Inflação na cidade de SP avança 0,12% na 1ª quadrissemana de julho

Política *Pág.03*

66% dos brasileiros concordam com críticas de Lula ao Banco Central

Esportes *Pág.08*

Vasco surpreende torcedores e anuncia Philippe Coutinho: 'Reforço de peso!

Economia *Pág.04*

E-commerce brasileiro projeta crescimento de 10,45% neste ano

Esportes *Pág.08*

Mbappé assume papel de protagonista no Real Madrid com a camisa 9

Contexto Jurídico *Pág.10*

Decisão judicial surpreendente: leilões não são obrigatórios em reintegração de posse

Internacional *Pág.05*

Japão e Filipinas assinam pacto de defesa para lidar com 'ações perigosas' da China

Política *Pág.03*

Bolsonaro usou avião presidencial para 'escamotear' presentes aos EUA

Grupo investigado tentou vender esculturas em lojas especializadas de Miami

O suposto esquema do desvio dos presentes de luxo sauditas que o ex-presidente Bolsonaro tentou se apropriar envolve peças avaliadas em R$ 6,8 milhões não contabilizados até agora junto ao acervo total, entre elas uma escultura dourada em formato de barco e outra representando uma palmeira, além de um relógio da marca Patek Philippe. Segundo a PF, o ex-presidente "subtraiu diretamente" os objetos, sem que tivessem passado pelo Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência, tramite padrão para joias e presentes de alto valor recebidos pelos chefes de Estado brasileiros. O relatório aponta que os itens foram "escamoteados" (levados escondidos) para os EUA, no avião presidencial. "Por meio de interpostas pessoas, o grupo investigado tentou vender as esculturas em lojas especializadas na cidade de Miami, mas, como não eram constituídas por ouro maciço, conforme pensavam os investigados, não obtiveram êxito nas negociações", indicou a PF.

Economia *Pág.04*

Petrobras planeja aumentar importação do gás da Bolívia

(Foto: Agência Petrobras)



Mercado consumidor brasileiro demanda hoje 50 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural por dia e pode ser triplicado.

A Petrobras vai aumentar a importação do gás da Bolívia, informou ontem, 10, a presidente da estatal, Magda Chambriard. Segundo ela, o mercado consumidor brasileiro demanda hoje 50 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural por dia e pode ser triplicado, alcançando 150 milhões de m³ diários.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE



A importância de manter a alimentação e o sono das crianças durante as férias escolares

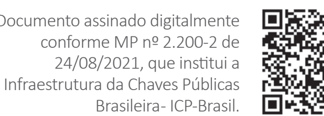
https://shre.ink/Dq6M

Internacional *Pág.05*

Na França, Macron rejeita pedido de renúncia do primeiro-ministro, após surpresa eleitoral

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0703%
Taxa básica financeira - TBF	0,8042%
Ibovespa (pontos)	126.267
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,10%
CDB pré 90 dias - ano	10,13%
CDI acumulado - mês	0,12%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,4610/R$ 5,4620
Dolar turismo	R$ 5,4970/R$ 5,6770
Euro turismo	R$ 5,9210/R$ 5,9210



LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Meio Ambiente aprova guarda compartilhada de animal de estimação em caso de separação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 941/24, que estabelece o compartilhamento da guarda e das despesas de animais de estimação em caso de separação de casais. Segundo a proposta, apresentada pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), o compartilhamento deve ser equilibrado, com base em decisão judicial.

No caso de término de casamento ou união estável, o tempo de convivência de cada parte com o animal será determinado considerando o ambiente mais adequado, a disponibilidade de tempo para cuidados e as condições de trato e sustento oferecidas por cada um.

As despesas com alimentação e higiene ficarão a cargo da pessoa que estiver com o animal, enquanto os gastos com consultas veterinárias, internações e medicamentos serão divididos igualmente entre as partes.

O relator, deputado Bruno Ganem (Pode-SP), destaca que a questão da custódia de animais de estimação após a dissolução do casamento ou união estável tem sido debatida nos tribunais. A ausência de legislação específica leva os magistrados a decidirem com base em princípios e costumes, muitas vezes aplicando a guarda compartilhada prevista no Código Civil.

Ganem ressalta: 'Quem adota um animal de estimação assume a responsabilidade de cuidar de outro ser vivo, independentemente das mudanças na vida.'

O projeto seguirá para análise conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

Direitos Humanos aprova pena maior para homicídio que envolver discriminação contra população LGBTI+

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7292/17, proposto pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), que reconhece o LGBTcídio como homicídio qualificado e o classifica como crime hediondo.

A relatora na comissão, deputada Erika Kokay (PT-DF), ampliou o escopo original do projeto para incluir como LGBTIcídio o homicídio cometido contra homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e intersexos devido a preconceito ou discriminação relacionados à sexualidade, identidade de gênero ou comportamento social. O texto original abordava apenas crimes contra homossexuais e travestis.

Kokay enfatiza que a crescente incidência de homicídios contra esse grupo social, que representa cerca de um quarto da população, não pode ser ignorada. Ela destaca que a mudança no Código Penal é crucial para combater essa situação alarmante e garantir a proteção de todos os cidadãos, independentemente de sua identidade.


(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Erika Kokay, relatora da proposta.

O projeto, batizado de Lei Dandara, estabelece que o homicídio qualificado, agora considerado LGBTIcídio, resulta em pena mais severa, variando de 12 a 30 anos de reclusão. Além disso, ao ser classificado como crime hediondo, o LGBTIcídio não é passível de anistia, graça, indulto, fiança ou liberdade provisória. A pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado.

A proposta seguirá para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e, posteriormente, será votada no Plenário da Câmara antes de ser encaminhada ao Senado.

Medida provisória reduz intervalo para recontratação de pessoal para combate a incêndios

"A Medida Provisória (MP) 1239/24 reduz o intervalo de recontratação de pessoal para combate a incêndios florestais de dois anos para três meses. Essa medida visa agilizar a reposição de profissionais experientes na prevenção e controle de incêndios, especialmente em áreas ameaçadas, como o Pantanal e outros biomas nacionais.

A MP foi assinada pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e já está publicada no Diário Oficial da União.

Antes da MP, os profissionais contratados pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tinham um prazo de dois anos para recontratação, o que dificultava a resposta rápida em situações de emergência. Agora, com a redução desse intervalo, Ibama e ICMBio poderão contar com recontratações mais ágeis para fortalecer suas ações de combate ao fogo.

Vale lembrar que medidas provisórias têm validade imediata e precisam ser aprovadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para se tornarem leis."

Tramitação

Medidas provisórias são normas com validade imediata editadas pelo governo em situações de relevância e urgência. Para virarem lei, os textos precisam ser aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Comissão discute atenção especial a pessoas com deficiência em casos de calamidade pública


(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Duarte Jr.: mapeamento de pessoas com deficiência é fundamental em planos de evacuação.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados está realizando uma audiência pública hoje (9) para discutir o mapeamento de pessoas com deficiência em situações de calamidade pública. O debate foi solicitado pelo deputado Duarte Jr. (PSB-MA) e ocorrerá no plenário 13 às 13 horas.

Duarte Jr. destacou que o mapeamento dessas pessoas durante desastres climáticos é fundamental para garantir a segurança e a eficácia dos planos de resposta e evacuação. Durante eventos climáticos extremos, como inundações ou incêndios florestais, as pessoas com deficiência enfrentam desafios únicos que podem dificultar a evacuação e o acesso a recursos de emergência. Portanto, compreender suas necessidades específicas é crucial para garantir uma resposta adequada e inclusiva."

Melhorar a conscientização sobre o mapeamento de pessoas com deficiência em situações de calamidade pública é fundamental para garantir que todos compreendam a importância dessa prática. Algumas estratégias para aumentar a conscientização incluem:

1. Campanhas de Sensibilização: Realizar campanhas educativas em escolas, universidades e comunidades para informar sobre a relevância do mapeamento e como ele beneficia as pessoas com deficiência durante crises.

2. Parcerias com Organizações: Trabalhar em conjunto com organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência para promover eventos, seminários e workshops que abordem o tema.

3. Mídia e Redes Sociais: Utilizar plataformas de mídia social, blogs e sites para compartilhar informações, histórias de sucesso e dicas sobre o mapeamento. Vídeos curtos e infográficos podem ser especialmente eficazes.

4. Treinamento para Profissionais: Capacitar profissionais de serviços de emergência, voluntários e funcionários públicos sobre como identificar e atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência durante desastres.

5. Inclusão em Planos de Contingência: Garantir que os planos de resposta a desastres incluam diretrizes específicas para o mapeamento e assistência às pessoas com deficiência.

6. Histórias de Sucesso: Compartilhar histórias de pessoas com deficiência que foram beneficiadas pelo mapeamento durante situações de calamidade, destacando como isso faz a diferença.

7. Eventos Locais e Regionais: Realizar eventos comunitários, como feiras de saúde ou encontros, para discutir o tema e fornecer informações práticas.

Comissão aprova inclusão no SUS de política de atenção integral a pessoas com síndrome de burnout

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Esgotamento Profissional (SEP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa síndrome, também conhecida pelo seu nome em inglês – burnout, foi retirada da proposta por recomendação da relatora, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), devido ao uso de uma palavra estrangeira.

O projeto tramitou em caráter conclusivo e poderá seguir para o Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário da Câmara. A versão aprovada do texto uniu duas propostas: o Projeto de Lei 1464/22, do deputado Glaustin da Fokus (Pode-GO), e outra apensada. A proposta ajusta a redação às atuais orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

De acordo com o texto aprovado, a SEP é caracterizada pela síndrome resultante do estresse crônico no local de trabalho, que não foi gerenciado com sucesso. Ela é definida por três dimensões:

1. Sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia.

2. Aumento do distanciamento mental do próprio trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao trabalho.

3. Redução da eficácia profissional.

Para prevenção, diagnóstico e tratamento da SEP, o poder público deverá seguir diretrizes como avaliação médica e psicológica periódica para diagnóstico precoce e abordagem multidisciplinar no acompanhamento da saúde dos trabalhadores com a síndrome.

O texto também prevê a promoção de campanhas educativas sobre causas, sintomas, formas de prevenção e diagnóstico precoce da SEP, além da capacitação contínua dos profissionais de saúde e incentivo à produção e à divulgação de dados sobre a síndrome. É importante que as informações e orientações abordem o direito de todos os trabalhadores a um ambiente de trabalho seguro e saudável.

CCJC aprova projeto que prevê semana sobre ética e cidadania no mês de maio

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania. Essa semana será comemorada anualmente na primeira semana de maio.

O texto, aprovado em caráter conclusivo, agora segue para análise no Senado.

Durante essa semana, diversos órgãos e entidades, incluindo a administração pública, instituições de ensino públicas e privadas, entidades de classe e a sociedade civil organizada, poderão:

• Promover ações para divulgar e estimular a importância de valores éticos e morais, bem como o exercício da cidadania e o combate a todas as formas de corrupção.

• Debater e compartilhar experiências de cada instituição ou entidade.

• Realizar campanhas didáticas sobre princípios éticos, morais e de cidadania.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Chris Tonietto, relatora do projeto.

A relatora do projeto, deputada Chris Tonietto (PL-RJ), apresentou um substitutivo à proposta original, que era o Projeto de Lei 162/24, do ex-deputado Raniery Paulino (Republicanos-PB). Além de ajustes de redação, a relatora optou por retirar do projeto o trecho que previa a realização de uma sessão nas Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) para comemorar a data. Essa decisão foi tomada não pelo mérito em si, mas porque uma lei ordinária não deve impor a realização de sessões legislativas, solenes ou não.


DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP


Auditado e Certificado



AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Ex-chefe da Receita diz que Bolsonaro o questionou sobre apreensão de joias em aeroporto

Em depoimento à Polícia Federal (PF), o ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes afirmou que tratou com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a apreensão das joias sauditas no Aeroporto de Guarulhos (SP) em ao menos duas ocasiões. Na primeira conversa sobre o tema, o então presidente questionou se Vieira Gomes sabia algo sobre a retenção dos brilhantes. O secretário respondeu que desconhecia a questão, mas prometeu a Bolsonaro que “iria pesquisar” a respeito. Dias depois, o chefe do Executivo perguntou a Vieira Gomes o resultado da apuração.

A informação consta no relatório da investigação da PF sobre o caso das joias sauditas, revelado pelo Estadão. Além de Jair Bolsonaro, outros 11 aliados foram indiciados pela corporação - entre eles, o próprio Vieira Gomes e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do presidente. Segundo a Polícia Federal, foi Cid o destinatário das informações colhidas por Vieira Gomes. O secretário acionou servidores da Receita para levantar os dados solicitados por Jair Bolsonaro.

(Foto: Washington Costa/ME)



O ex-secretário Julio Cesar Vieira Gomes confirmou que acionou servidores da Receita para levantar os dados solicitados por Jair Bolsonaro.

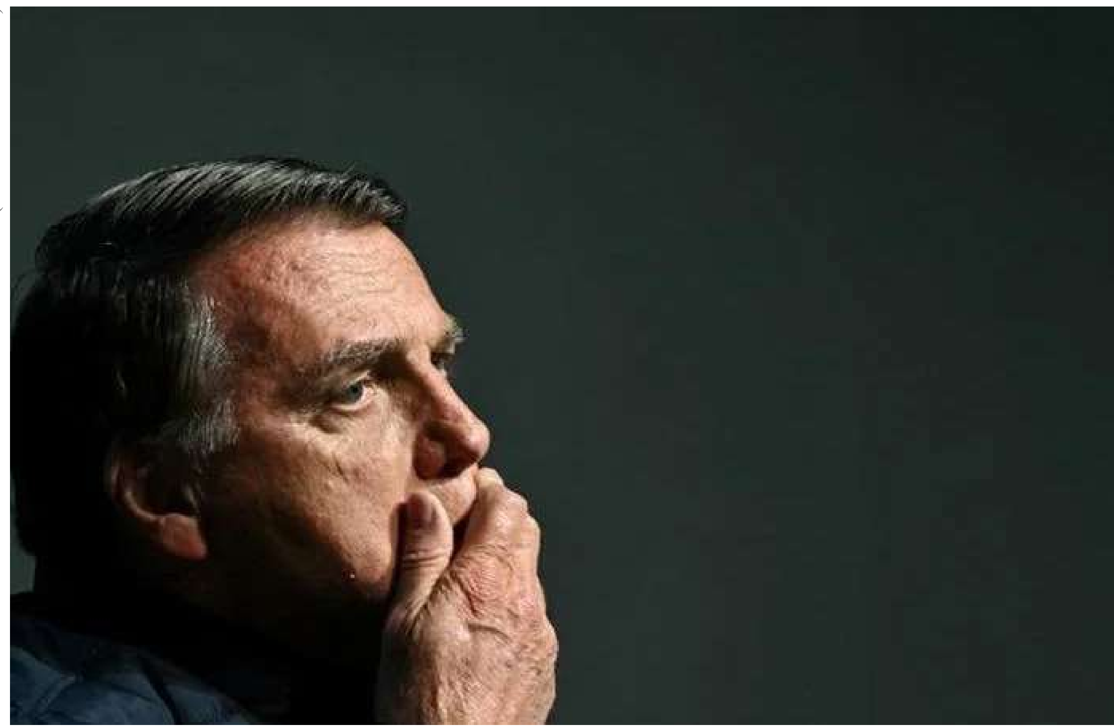
“Ao final da reunião, o Presidente da República questionou ao declarante (Julio Cesar Vieira Gomes) se tinha ciência de alguma apreensão da Receita Federal decorrente de uma viagem para Arábia Saudita”, diz o relatório da PF, citando o depoimento do ex-secretário à corporação.

Esta reunião, segundo Vieira Gomes, foi realizada na primeira quinzena de dezembro de 2022, nas dependências do Palácio do Planalto. “O declarante respondeu que não tinha ciência, mas que iria pesquisar”. Em 27 de dezembro, em uma nova reunião com o presidente, já nos últimos dias de gestão, o assunto veio à tona novamente.

Além do depoimento em que admite que o então presidente o impeliu a agir sobre a apreensão dos presentes, uma troca de mensagens interceptada pela PF indica que o ex-secretário e Mauro Cid pretendiam “recuperar os bens” retidos.

Joias: os presentes que não estão na conta dos R$ 6,8 milhões em suposto esquema de Bolsonaro

(Foto: Evaristo Sa/AFP)



Relatório final do inquérito das joias sauditas teve o sigilo retirado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Itens como uma escultura dourada em formato de barco e outra representando uma palmeira, além de um relógio da marca Patek Philippe, parte do suposto esquema de venda de presentes de luxo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de aliados, não foram somados ao cálculo dos R$ 6,8 milhões desviados da União. Os objetos ainda não foram recuperados. Anéis, rosários e abotoadores que foram devolvidos também não entraram na soma, mas porque ainda aguardam perícia para avaliação de quanto valem

As informações constam do relatório final do inquérito das joias sauditas, caso revelado pelo Estadão, que teve o sigilo retirado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, segunda-feira, 8. Bolsonaro foi indiciado pela Polícia Federal (PF) por peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. A defesa do ex-presidente nega irregularidades.

Segundo a PF, o ex-presidente “subtraiu diretamente” os objetos, sem que tivessem passado pelo Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência, tramite padrão para joias e presentes de alto valor recebidos pelos chefes de Estado brasileiros.

As esculturas douradas em formato de um barco e de uma palmeira foram presenteadas ao ex-presidente em novembro de 2021, em viagem aos Emirados Árabes Unidos e ao Reino do Bahrein. O relatório aponta que os itens foram “escamoteados” (levados escondidos) para os Estados Unidos, no avião presidencial. “Por meio de interpostas pessoas, o grupo investigado tentou vender as esculturas em lojas especializadas na cidade de Miami, mas, como não eram constituídas por ouro maciço, conforme pensavam os investigados, não obtiveram êxito nas negociações”, indicou a PF.

Relógio de luxo

Outro item que ainda não foi recuperado foi o relógio de luxo Patek Philippe Calatrava, recebido por Bolsonaro como presente enquanto visitava o Reino do Bahrein nos dias 16 e 17 de novembro de 2021.

CCJ do Senado adia votação da PEC do marco temporal após pedido de vista coletiva

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do marco temporal. O parecer sobre o texto foi retirado da pauta de ontem, 10, após um pedido de vista coletiva, com prazo até outubro.

A proposta de se retirar o texto da pauta partiu do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Ele sugeriu aos senadores que sejam aguardados os resultados da comissão do conciliação sobre o tema, proposta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, com representantes da Corte, Congresso, governo e entidades de representação dos indígenas.

Outros parlamentares, no entanto, questionaram a possibilidade de se fechar o acordo. O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se comprometeu a colocar a matéria em votação até outubro, mesmo com o pedido de vista coletivo. “Eu vou fazer um compromisso: se não resolverem, vamos votar este ano”, disse

(Foto: Lula Marques/Agência Brasil)



Pedido de vista coletivo transfere apreciação da proposta para outubro.

A PEC prevê que os povos indígenas só poderão reivindicar terras que estavam ocupadas em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Uma lei que estabelecia o uso do marco temporal como critério para a demarcação de terras indígenas já havia sido aprovada no ano passado, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o texto era inconstitucional. Antes, o projeto havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

Maioria dos entrevistados concorda com críticas de Lula ao Banco Central, aponta Genial/Quaest

Nova rodada da pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, 10, mostra que a maioria dos entrevistados concorda com as críticas feitas pelo presidente Lula à política de juros praticada pelo Banco Central, sob a condução de Roberto Campos Neto. De acordo com a mostra, 66% disseram concordar com Lula, contra 23% que disseram discordar, enquanto 11% não sabem ou não responderam.

Em recentes entrevistas, concedidas sobretudo a emissoras de rádio de todo o País, o presidente da República tem aumentado o tom das críticas ao atual presidente do BC, argumentando que a atual taxa Selic, de 10,5%, “é exagerada”, pois não se pode ter uma política de juros alto em um momento em que a inflação está sob controle. E que, portanto, não se pode ter um Banco Central que age na contramão do que deseja a população. Especificamente sobre os juros serem “muito altos” no Brasil, como prega Lula, 87% dos entrevistados disseram concordar, 10% discordaram e 3% não sabem ou não responderam.

A pesquisa Quaest, realizada entre os dias 5 e 8 de junho, com dois mil eleitores acima de 16 anos, com nível de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos porcentuais para mais ou para menos, revela que as recentes falas de Lula nessas entrevistas não foram aprovadas pelos entrevistados apenas nas críticas à política de juros do Banco Central.

‘A gente cria reunião interministerial e nem todos ministros participam’, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma cobrança pública a seus ministros ontem em cerimônia no Palácio do Planalto. Ele disse que nem todos estão participando de das reuniões que em que são requisitados.

“A gente cria muita reunião interministerial, eu sou informado das reuniões e nem todos os ministros participam das reuniões. Às vezes participa da primeira, na segunda já manda um segundo colocado, na terceira manda um terceiro colocado, na quarta manda um quarto colocado”, disse o presidente da República.

“Todos os ministros que fazem parte têm que participar. E você Márcio Macêdo, ministro da Secretaria Geral tem a responsabilidade de pegar o telefone e ligar para cada ministro”, afirmou Lula. Segundo o presidente, mensagens pelo Whatsapp não bastam.

Lula deu as declarações em cerimônia de lançamento de medidas para apoio a catadores de material reciclável. Macêdo foi citado como responsável por arregimentar ministros para reuniões porque ele é o responsável por coordenar as ações voltadas aos catadores.

Quaest: Para eleitores, economia, violência e questões sociais são principais problemas do País

A pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, 10, mostra que 21% dos eleitores brasileiros considera a situação da economia como o principal problema do País. Para 19%, o tema mais preocupante é a violência, enquanto as questões sociais são as mais graves para 18%.

Ainda que esteja no topo de preocupações do eleitorado ouvido pelo instituto, o índice de menções está reduzido em relação ao início da série histórica. Em abril de 2023, 31% dos eleitores afirmaram a economia era o principal problema brasileiro. O patamar de 21% é o menor desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por outro lado, a preocupação com a violência foi a que mais aumentou: no início do terceiro mandato do petista, 12% dos entrevistados pelo Quaest citaram a área como problemática. Desde então, o índice subiu sete pontos porcentuais.

O instituto fez 2.000 entrevistas presenciais com eleitores de 16 anos ou mais entre os dias 5 e 8 de julho. A margem de erro é de dois pontos porcentuais e o índice de confiança é de 95%.

De acordo com o levantamento, a aprovação de Lula subiu quatro pontos percentuais desde a última pesquisa, chegando a 54%, o melhor patamar neste ano. A desaprovação ao petista também reduziu, passando de 47% para 43%.

Conforme os cruzamentos da pesquisa, a melhora dos índices de aprovação a Lula foi puxada pelos eleitores que ganham até dois salários mínimos. Neste grupo, a aprovação subiu de 62% para 69% e a desaprovação recuou de 35% para 26%. Além disso, o desempenho entre os que têm de 35 a 59 anos também melhorou. Nessa faixa etária, 56% aprovam o trabalho de Lula e 41% desaprovam. Há dois meses, eram 50% e 48%, respectivamente.

STJ rejeita revisão de sentença de três pré-candidatos condenados pela lei da Ficha Limpa

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Og Fernandes, rejeitou analisar os recursos de três pré-candidatos às eleições municipais que foram condenados pela Lei da Ficha Limpa. Os políticos pediam a revisão das sentenças, mas o ministro considerou que as solicitações eram improcedentes e manteve as condenações.

O pré-candidato Fabio Bello de Oliveira foi condenado a um ano de prisão, em 2016, quando era prefeito de Ibiúna (SP). Ele foi acusado de ordenar despesas sem que o município tivesse recursos para os gastos. A defesa dele alegou que não houve dolo na conduta e considerou as denúncias genéricas. Na avalição de Og, não foram apresentadas novas provas que revertam as decisões judiciais anteriores ou que levem a um novo recurso.

Outro caso é o de Fabricio Menezes Marcolino, que era sócio de uma empresa que venceu uma licitação com suspeitas de fraude. Ele foi condenado a dois anos e oito meses de prisão, além de pagamento de multa. Os advogados dele argumentaram não haver correlação direta entre a escolha da companhia e as eventuais irregularidades no processo. O ministro avaliou que não há relevância jurídica nos argumentos apresentados.

Já Alexander Silva Salvador de Oliveira foi condenado a dois anos de reclusão no regime aberto e pagamento de multa, por peculato. Segundo a denúncia do Ministério Público de Minas Gerais, ele teria inserido informação falsa em um documento oficial quando era vereador em Itabirito (MG), em 2011, e se apropriou de dinheiro público. A defesa apresentou um pedido de habeas corpus, propondo um acordo de não-persecução penal. O pedido fora rejeitado à época e, novamente, Og negou a possibilidade. Na avaliação do ministro, o novo pedido é uma tentativa de reverter o resultado desfavorável já analisado pelo STJ.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

IPC-Fipe sobe 0,12% na 1ª quadrissemana de julho, após avanço de 0,26% em junho

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,12% na primeira quadrissemana de julho, desacelerando ante o ganho de 0,26% observado no fechamento de junho, segundo dados publicados ontem, 10, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na leitura inicial deste mês, três dos sete componentes do IPC-Fipe passaram a cair, acentuaram deflação ou subiram menos: Alimentação (de 0,64% em junho a -0,04% na primeira quadrissemana de julho), Transportes (de -0,12% a -0,21%) e Saúde (de 0,72% a 0,61%).

Por outro lado, as demais categorias ganharam força de um período para o outro: Habitação (de 0,30% a 0,35%), Despesas Pessoais (de -0,01% a 0,09%), Vestuário (de -0,19% a -0,01%) e Educação (de 0,03% a 0,07%).

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na primeira quadrissemana de julho:

- Habitação: 0,35%
- Alimentação: -0,04%
- Transportes: -0,21%
- Despesas Pessoais: 0,09%
- Saúde: 0,61%
- Vestuário: -0,01%
- Educação: 0,07%
- Índice Geral: 0,12%

Petrobras quer aumentar o volume de importação do gás da Bolívia

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, manifestou ontem (9) o interesse da companhia no incremento da produção de gás na Bolívia e no aumento do volume de importação do insumo para o Brasil.

"Hoje o mercado consumidor brasileiro demanda 50 milhões de metros cúbicos (m³) de gás natural por dia. Acreditamos que esse mercado pode ser triplicado, alcançando 150 milhões de m³ diários. Esse gás servirá como insumo para a indústria petroquímica e para a produção de fertilizantes. A condição é que sejamos capazes de fazê-lo chegar ao Brasil a preços acessíveis", esclareceu.

De acordo com Magda, o gás natural tem um papel essencial na integração energética da América do Sul. "Apostamos muito nessa sinergia entre Brasil, Bolívia e também a Argentina, países interligados pelo gasoduto", disse.

A presidente da estatal falou das perspectivas para o incremento da produção no país vizinho. A Petrobras, que já foi responsável por 60% da produção de gás natural boliviano, opera hoje 25% do total produzido no país. "Nós olhamos para frente e vemos oportunidades para serem desenvolvidas pela Petrobras ou em parcerias que merecem nosso investimento", explicou.

Magda Chambriard discursou no Foro Empresarial Bolívia – Brasil, em Santa Cruz de La Sierra, com a presença dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Bolívia, Alberto Arce.

Ásia, Pacífico e África puxam Barômetros Globais para baixo, afirma FGV

Os Barômetros Globais registram leve queda em julho, puxados por Ásia, Pacífico e África, o que não altera a tendência desses indicadores, avalia o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Após três altas seguidas, o Barômetro Antecedente, que antecipa o desenvolvimento econômico, recuou 1,5 ponto, chegando a 102,4 pontos, ainda acima da zona neutra, enquanto o Barômetro Coincidente, que reflete o estado atual da economia, caiu 0,9 ponto, para 92,8 ponto.

"No plano agregado, o resultado dos Barômetros Globais em julho pouco altera o quadro de crescimento moderado para a economia mundial em 2024. A desagregação por regiões, no entanto, mostra um quadro menos favorável para a região da Ásia, Pacífico & África, sob influência da perda de fôlego da China, que vem sendo compensado, ao menos parcialmente pela resiliência do crescimento no Hemisfério Ocidental e na Europa", avalia o pesquisador do FGV Ibre Aloisio Campelo Jr.

Segundo a instituição, a queda do Barômetro Coincidente foi quase inteiramente determinada pelo declínio observado na região da Ásia, Pacífico & África. Por sua vez, a redução do índice Antecedente resultou do recuo nas regiões da Ásia, Pacífico & África e Europa, contrabalançado pelo avanço observado no Hemisfério Ocidental.

"A queda do Barômetro Coincidente em julho resulta da contribuição negativa de 1,0 ponto da região da Ásia, Pacífico & África e da contribuição positiva de 0,1 ponto da Europa. Já o Hemisfério Ocidental registra contribuição nula", explica o FGV Ibre.

De acordo com o levantamento, com a queda o indicador da Ásia, Pacífico & África chegou ao menor nível no ano, acumulando perdas de 3,2 pontos entre dezembro de 2023 a julho de 2024. No mesmo período, os indicadores do Hemisfério Ocidental e da Europa mostraram resiliência ao acumular altas de 5,5 e 5,9 pontos, respectivamente.

"O desempenho dos indicadores setoriais coincidentes em julho é predominantemente negativo, com alta observada apenas na construção. As quedas variam de menor intensidade, como na economia (avaliações dos consumidores e agregadas empresariais) e no comércio, às quedas mais acentuadas, como na Indústria e, especialmente, em serviços", informa.

IGP-DI

DADOS DE JUNHO/24

VARIAÇÃO (%) 2023 2024

Mês	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
Variação (%)	-1,45		0,05		0,51		0,64	-0,27		-0,30		0,87	0,50

ACUMULADO: Em 12 meses 2,88% | Ao ano 1,11%

COMPONENTES

	Mai/24	Jun/24
Índice de Preços ao Produtor (IPA)	0,97%	0,55%
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)	0,53%	0,22%
Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)	0,86%	0,71%

FONTE: FGV/Ibre ® INFOGRAFFO

Inflação cai para 0,21% em junho deste ano, diz IBGE

O IPCA, que mede a inflação oficial, registrou taxa de 0,21% em junho deste ano. A taxa é inferior à observada em maio (0,46%) mas superior à observada em junho do ano passado, quando foi registrada uma deflação (queda de preços) de 0,08%.

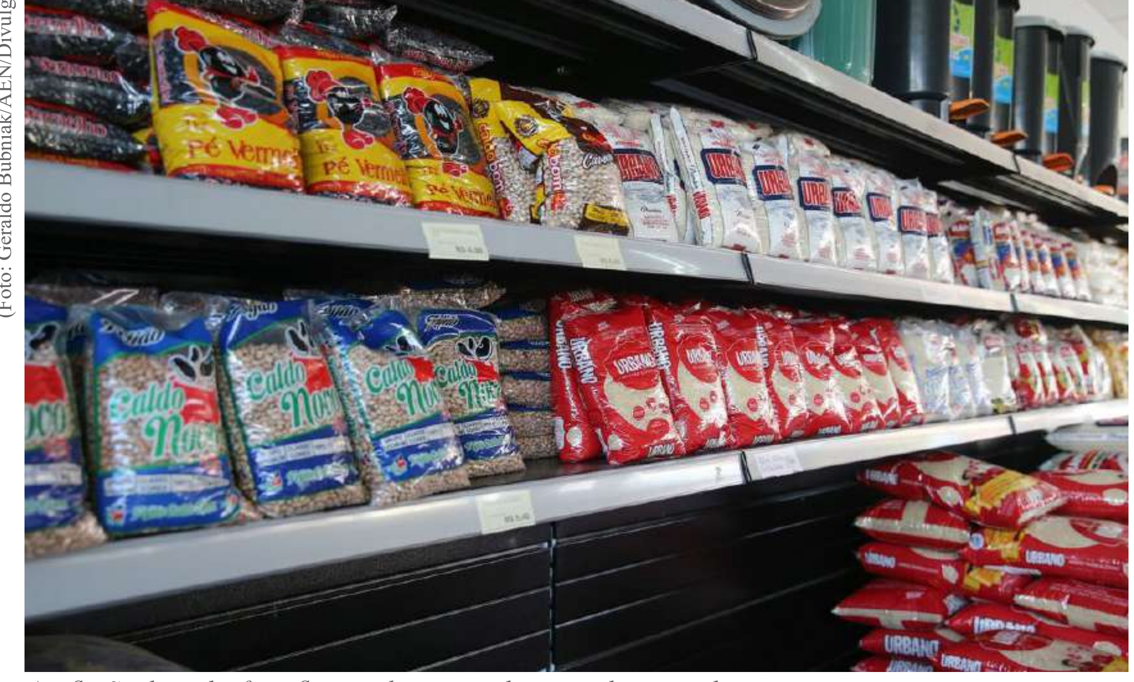
Com o resultado, o IPCA acumula taxa de inflação de 2,48% no ano de 2024 e 4,23% no acumulado de 12 meses.

A inflação de junho foi influenciada principalmente pelo grupo de alimentação e bebidas, que registrou alta de preços de 0,44% no mês, com aumento do custo de produtos como batata inglesa (14,49%), leite longa vida (7,43%), café moído (3,03%) e arroz (2,25%).

O grupo saúde e cuidados pessoais teve alta de 0,54% no mês e apresentou o segundo principal impacto na inflação oficial em junho. Entre os itens que influenciaram o resultado estão os perfumes, com alta de preços de 1,69% no mês.

Por outro lado, os transportes evitaram uma inflação maior, ao registrar uma deflação de 0,19% no mês, resultado puxado pelas quedas de preços de passagens aéreas (-9,88%), óleo diesel (-0,64%) e gás veicular (-0,61%).

(Foto: Geraldo Bubniak/AEN/Divulgação)



A inflação de junho foi influenciada principalmente pelo grupo de alimentação e bebidas, que registrou alta de preços de 0,44% no mês.

Os demais grupos de despesas apresentaram as seguintes taxas: despesas pessoais (0,29%), habitação (0,25%), artigos de residência (0,19%), educação (0,06%), vestuário (0,02%) e comunicação (-0,08%).

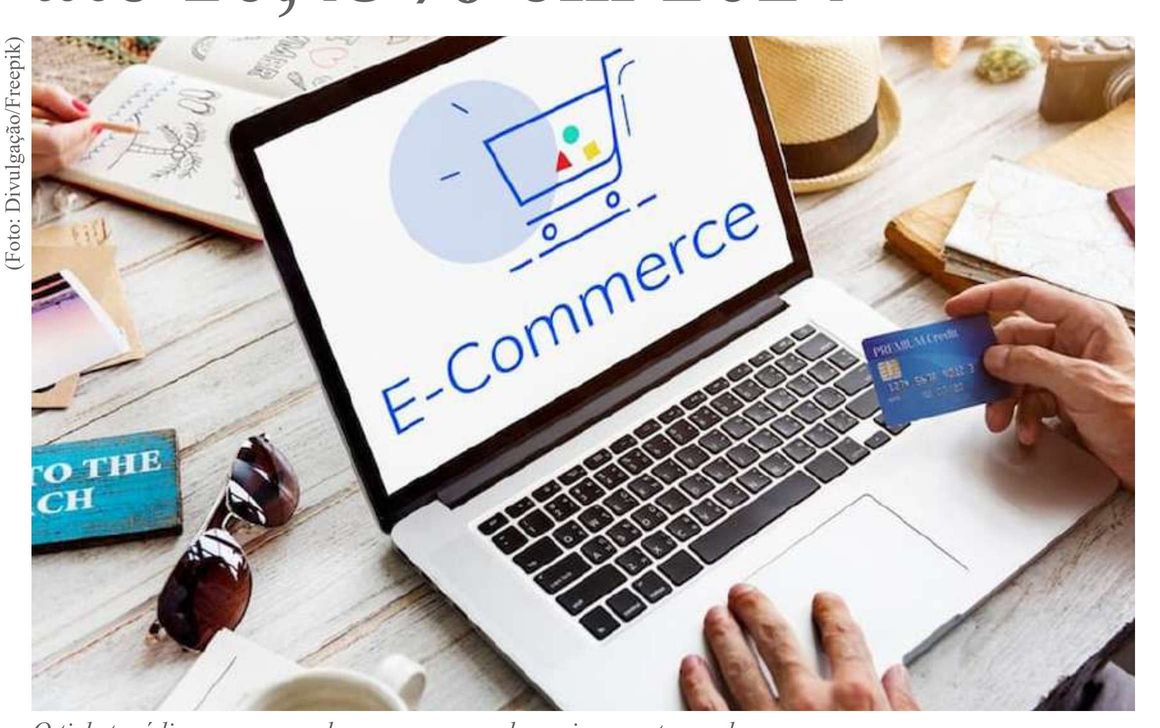
Gasto com Habitação sobe 0,25% em junho, impacto de 0,04 p.p. no IPCA,

As famílias brasileiras gastaram 0,25% a mais com Habitação em junho, uma contribuição de 0,04 ponto porcentual para a taxa de 0,21% registrada pelo (IPCA no mês.

A taxa de água e esgoto aumentou 1,13%, uma pressão de 0,02 ponto porcentual sobre a inflação, devido a reajustes tarifários de 9,85% em Brasília a partir de 1º de junho; de 6,94% em São Paulo a partir de 10 de maio; e de 2,95% em Curitiba a partir de 17 de maio.

E-commerce brasileiro pode crescer até 10,45% em 2024

(Foto: Divulgação/Freepik)



O ticket médio por comprador, por sua vez, deve girar em torno de R$ 490,00 ao passo que o número de pedidos pode totalizar 418,6 milhões.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm), a expectativa é que a curva de crescimento do e-commerce seja mantida nos próximos quatro anos. Olhando especificamente para 2024, a previsão é de que o faturamento das vendas on-line seja de R$ 205,11 bilhões. Comparado com a previsão de vendas para 2023, a cifra representa um aumento de 10,45%.

O ticket médio por comprador, por sua vez, deve girar em torno de R$ 490,00 ao passo que o número de pedidos pode totalizar 418,6 milhões. Toda essa demanda deve ocorrer por conta de um aumento na quantidade de clientes realizando compras digitais, chegando à marca de 91 milhões de consumidores.

Segundo a consultora de e-commerce da Maya Comércio e porta-voz da Le Casa Home & Decor, Rejane Pinheiro, a pandemia produziu um cenário que obrigou as pessoas, ainda que resistissem a realizar compras on-line, a testar de fato a confiabilidade dos sites. Ela ressalta ainda que, diante disso, "houve o aumento da aceitação e, principalmente, da familiaridade do brasileiro em utilizar este tipo de negócio, resultando na alta demanda dos serviços de e-commerce - como deliverys de comida, transporte por aplicativo, marketplaces de utilidade doméstica, entre outros".

"Há décadas o e-commerce é um dos setores brasileiros que mais cresce. Portanto, já era de se esperar que o consumidor que veio para o varejo on-line permanecesse e comprasse outra vez. Este comportamento se manteve, embora o boom de compras que alguns setores vivenciaram não tenha sido mantido pela natural desaceleração do ritmo de vendas no período pós-pandemia," explica Pinheiro.

E a tendência é que o setor cresça ainda mais nos próximos anos. De acordo com a pesquisa E-commerce Trends 2024, realizada pela Octadesk em parceria com o Opinion Box, 54% dos consumidores entrevistados pretendem aumentar a frequência de compras pela internet nos próximos 12 meses.

Aluguel nas capitais brasileiras supera inflação no 1º semestre

As principais capitais brasileiras observaram um aumento significativo nos preços de aluguéis no primeiro semestre deste ano, superando de forma expressiva a taxa de inflação medida pelo IPCA. É o que mostra o Índice de Aluguel QuintoAndar Imovelweb, divulgado nesta quarta-feira, 10, antecipadamente ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Segundo a plataforma, o crescimento dos valores variou de 6,35% em São Paulo a 9,8% em Curitiba. Em contrapartida, a inflação no mesmo período ficou entre 1,84% e 3,63% nas capitais analisadas, conforme divulgado pelo IBGE.

Thiago Reis, gerente de dados do grupo QuintoAndar, destacou que, apesar de um processo de desaceleração em comparação com anos anteriores, "os preços médios dos aluguéis continuam em alta, crescendo de forma moderada. É preciso acompanhar a dinâmica do mercado no segundo semestre para ver se os valores arrefecem".

Curitiba liderou as altas com um aumento de 9,8%, o que representa quatro vezes a taxa de inflação medida. O preço médio do metro quadrado para aluguel na capital paranaense atingiu um recorde de R$ 40 em junho. Em contrapartida, São Paulo registrou a menor variação entre as cidades analisadas, com um crescimento de 6,35% e o valor do metro quadrado alcançando R$ 63,62, também um recorde histórico desde o início da série em 2019.

Variação mensal

Os preços de aluguéis nas principais capitais brasileiras mostraram variações distintas no último mês. Em São Paulo, a variação foi de 0,34%, enquanto ao longo dos últimos 12 meses houve um crescimento de 9,25%. O preço médio do metro quadrado na cidade atingiu R$ 63,62. Em Belo Horizonte, os aluguéis subiram 1,28% no último mês, contribuindo para um aumento anual de 12,81%, com o valor do metro quadrado alcançando R$ 36,41.

Curitiba registrou variação mensal de 0,53%, acumulando valorização de 16,64% nos últimos 12 meses, com o metro quadrado custando R$ 40,00.

Reforma Tributária: relatório mantém carne de fora da cesta básica de alíquota zero

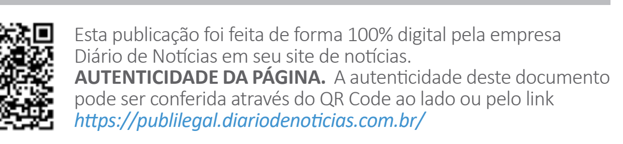
Em relatório divulgado na manhã de ontem, 10, os deputados do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária mantiveram a exclusão das proteínas animais da lista de alimentos que terão alíquota zero na Cesta Básica Nacional.

Permanecem isentos os seguintes itens: arroz, leite, manteiga, margarina, feijão, raízes e tubérculos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha de milho, farinha de trigo, açúcar, massas alimentícias e pão do tipo comum.

Após uma reunião do grupo de trabalho na terça-feira, 10, deputados afirmaram que, segundo a Receita Federal, o impacto da inclusão da carne na cesta básica seria de 0,53 ponto porcentual na alíquota geral, índice considerado muito alto. O cálculo, no entanto, é divergente em relação ao apresentado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), de 0,2 ponto porcentual.

A manutenção da carne fora da cesta desagrada a bancada do agro. Líderes admitem riscos de que a carne entre na cesta básica caso o tema seja votado em separado no plenário, por meio de um destaque. Há avaliações de que seria difícil para os deputados serem publicamente contrários à zeragem do imposto sobre as proteínas animais.

O relatório foi divulgado após uma reunião do grupo de trabalho realizada durante a noite entre a terça e a quarta-feira. Os membros do GT indicaram o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para a relatoria-geral da matéria. Os parlamentares têm a expectativa de aprovar o 1º projeto de regulamentação da reforma tributária na sessão desta quarta.



INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Otan se reúne em Washington sob sombra de eleição nos EUA

Países membros da Otan se reuniram terça-feira, 9, para celebrar os 75 anos da aliança militar e tratar de seu futuro. Mas a celebração tem um sabor de preocupação conforme sua principal liderança, o presidente dos EUA, Joe Biden, enfrenta sérios apuros dentro de casa.

A cúpula termina hoje, 11, e tem como um de seus objetivos enviar uma mensagem a Vladimir Putin e outros potenciais adversários de que a Otan está maior e mais poderosa. No entanto, ela é ofuscada pela incerteza sobre se Biden permanecerá na disputa por um segundo mandato e pela grande possibilidade do retorno do ex-presidente Donald Trump, que uma vez declarou a Otan obsoleta e ameaçou tirar os EUA da aliança.

Mais recentemente, Trump disse que deixaria os russos fazerem "o que quisessem" com qualquer país membro que ele considerasse estar contribuindo de maneira insuficiente para a aliança. Nos últimos dias, conforme Trump avançava nas pesquisas pós-debate eleitoral, os principais aliados europeus começaram a discutir o que um segundo mandato do republicano poderia significar para a aliança - e se ela pode enfrentar a Rússia sem armas, dinheiro e coleta de inteligência americanos em seu centro.



(Foto: REUTERS/Elizabeth Franz)

Biden, com 81 anos, talvez seja o defensor mais vocal em Washington de uma aliança que cresceu de 12 membros, em 1949, para 32 atualmente.

Democratas

Por outro lado, Biden, com 81 anos, talvez seja o defensor mais vocal em Washington de uma aliança que cresceu de 12 membros, em 1949, para 32 atualmente, conforme a era do conflito de superpotências ressurgiu. Mas, ao se reunirem, os líderes estarão observando cada movimento do americano e ouvindo cada palavra sua em busca dos mesmos sinais nos quais os americanos estão focados: se ele pode seguir por mais quatro anos no cargo

Enquanto isso, o apoio a Biden dentro de seu partido está em discussão. Os democratas da Câmara se reuniram reservadamente no Capitólio por duas horas ontem para debater suas preocupações sobre a candidatura. Mas, segundo a imprensa americana, os legisladores pareciam não ter chegado a um consenso. (Com agências internacionais)

Japão e Filipinas assinam pacto de defesa para lidar com 'ações perigosas' da China



(Foto: Reprodução/Internet)

Após acordo, medidas só entrarão em vigor após a ratificação pelas legislaturas dos países.

O Japão e as Filipinas assinaram um importante pacto de defesa ontem, 8, nomeado como Acordo de Acesso Recíproco. O pacto permite que o envio de forças japonesas para exercícios conjuntos no sudeste asiático, ao mesmo tempo em que permite a entrada das forças filipinas no Japão para treinamento de combate conjunto.

O acordo foi assinado pelo secretário de Defesa das Filipinas, Gilberto Teodoro, e pelo ministro das Relações Exteriores do Japão, Yoko Kamikawa, em uma cerimônia em Manila, testemunhada pelo presidente Ferdinand Marcos Jr. No entanto, só entrarão em vigor após a ratificação pelas legislaturas dos países, disseram autoridades filipinas e japonesas.

O pacto simboliza o estreitamento das relações entre Japão e Filipinas, que sofreu uma brutal ocupação japonesa na Segunda Guerra Mundial, mas que agora está construindo uma aliança com Tóquio para enfrentar uma China cada vez mais assertiva.

As autoridades japonesas e filipinas "expressaram séria preocupação com as ações perigosas e escalonadas da China" em Second Thomas Shoal, palco de um recente confronto entre as forças chinesas e filipinas no Mar do Sul da China. A movimentada passagem marítima é uma importante rota de comércio global que foi reivindicada praticamente em sua totalidade pela China, mas também contestada em parte pelas Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei e Taiwan.

Hamas abre caminho para possível cessar-fogo depois de abandonar exigência, dizem oficiais

O grupo terrorista Hamas deu a sua aprovação inicial a uma proposta apoiada pelos Estados Unidos para um acordo de cessar-fogo em etapas na Faixa de Gaza, abandonando uma importante exigência de que Israel se comprometa antecipadamente com um fim completo da guerra. A informação foi passada para a Associated Press (AP) por uma autoridade do grupo terrorista Hamas e um oficial egípcio.

O aparente compromisso do grupo, que controlava Gaza antes de desencadear a guerra com um ataque a Israel no dia 7 de outubro de 2023, poderia provocar a primeira pausa nos combates desde novembro e preparar o terreno para novas negociações para dar fim a nove meses devastadores de conflito. Mas todas as partes alertaram que o acordo ainda não está garantido.

Dentro de Gaza, o Ministério da Saúde disse que um ataque aéreo israelense a uma escola transformada em abrigo matou pelo menos 16 pessoas e feriu pelo menos outras 50 no campo de refugiados de Nuseirat. Crianças estavam entre os mortos e feridos. Os militares de Israel disseram que atacaram terroristas que operavam na área da escola e que tentaram diminuir o risco para os civis.



(Foto: REUTERS/ISRAEL DEFENSE FORCES)

Dentro de Gaza, o Ministério da Saúde disse que um ataque aéreo israelense a uma escola transformada em abrigo matou pelo menos 16 pessoas e feriu pelo menos outras 50 no campo de refugiados de Nuseirat.

Na França, Macron rejeita pedido de renúncia do primeiro-ministro, após surpresa eleitoral

O presidente da França, Emmanuel Macron, rejeitou um pedido de renúncia do primeiro-ministro Gabriel Attal ontem, 8, e pediu que ele permaneça temporariamente no cargo, após o surpreendente resultado das eleições legislativas deixar o governo em um limbo político.

Os eleitores dividiram o Parlamento francês entre a esquerda, o centro e a extrema-direita, não deixando qualquer uma das facções sequer próxima de garantir a maioria absoluta para a formação de um governo. Os resultados das eleições de domingo (7) elevaram os riscos de paralisia na segunda maior economia da União Europeia.

O principal índice acionário francês abriu em queda nesta segunda, mas logo se recuperou, possivelmente porque os mercados temiam uma vitória absoluta da extrema direita ou da coligação esquerdista.

Attal disse que permaneceria no cargo se necessário, mas apresentou sua renúncia formal na manhã de ontem. Macron, que o nomeou há apenas sete meses, pediu de imediato ao premiê que siga no cargo "para garantir a estabilidade do país". Fonte: Associated Press.

Justiça da França acusa Carla Bruni em caso que envolve seu marido, o ex-presidente Sarkozy

A ex-supermodelo e ex-primeira-dama francesa Carla Bruni-Sarkozy foi formalmente acusada na última terça-feira, 9, de envolvimento em supostas tentativas de pressionar uma testemunha que acusou o ex-presidente, e marido de Carla, Nicolas Sarkozy de receber financiamento ilegal de campanha da Líbia.

Bruni-Sarkozy foi colocada sob supervisão judicial na terça-feira, incluindo uma proibição de contato com todos os envolvidos no processo, com exceção de seu marido, segundo um oficial judicial que não foi autorizado a ser identificado publicamente.

As acusações preliminares contra Bruni-Sarkozy incluem manipulação de testemunhas e participação em uma associação criminosa com tentativa de cometer fraude, visando enganar os magistrados que investigam seu marido sob suspeita de receber fundos ilegais durante sua campanha presidencial de 2007, disse o oficial.

O advogado da ex-primeira-dama não respondeu aos pedidos de comentário da AFP. Após Carla ser questionada pela polícia em maio, seus advogados disseram que ela forneceu "esclarecimentos e explicações úteis", mas não comentaram mais. A testemunha envolvida, Ziad Takieddine, é importante nas acusações de que Sarkozy recebeu milhões em pagamentos ilegais do regime do então presidente líbio Muammar Kadafi.

Nicolas Sarkozy, presidente da França de 2007 a 2012, já foi condenado em dois outros casos. Ele negou qualquer irregularidade em todos os casos. Em fevereiro, um tribunal de apelações em Paris manteve um veredicto de culpado contra o ex-presidente por financiamento ilegal de campanha em sua tentativa fracassada de reeleição em 2012.

Sarkozy foi condenado a um ano de prisão, dos quais seis meses foram suspensos. Os advogados de Sarkozy apelaram para a Corte de Cassação, a mais alta corte da França. Com a apelação pendente, Sarkozy não pode ser preso, conforme a lei francesa. Ele foi acusado de ter gasto quase o dobro do valor máximo legal de 22,5 milhões de euros na tentativa de reeleição que perdeu para o socialista François Hollande.

Israel pede a civis que se retirem da cidade de Gaza após ataque fatal à escola

As forças militares israelenses emitiram um apelo abrangente para que os residentes da Cidade de Gaza deixassem a área após dias de ataques aéreos em todo o enclave, o que indica que a intensa campanha de Israel contra o Hamas não acabou, mesmo com o risco de uma escalada na guerra após o grupo Hezbollah ampliar a presença na fronteira do Líbano com o país.

Um ataque aéreo no sul de Gaza ontem, que Israel disse ter sido direcionado a um militante do Hamas, matou pelo menos 25 pessoas ao atingir um prédio escolar onde milhares de pessoas estavam abrigadas, segundo autoridades de saúde palestinas. Isto evidenciou o impacto dos combates sobre os civis, apesar de Israel afirmar de que está em uma fase de menor intensidade da guerra.

Folhetos distribuídos na Cidade de Gaza - que fica no norte da faixa - e uma mensagem nas redes sociais dos militares israelenses apelavam aos civis para se deslocarem para áreas no centro de Gaza. Os alertas destacavam que a cidade, a mais densamente povoada do enclave antes da guerra, continuava a ser uma "zona de combate perigosa".

O aviso amplo contrastou com ordens de evacuação anteriores emitidas nos últimos seis meses, que normalmente diziam aos residentes para deixarem bairros específicos marcados em um mapa.

A mensagem chega em um momento em que as forças israelenses retornam às áreas de onde se retiraram, para combater os militantes do Hamas que teriam se reagrupado.

O ataque de terça-feira atingiu Abasan al-Kabira, perto de Khan Younis, uma cidade ao sul da Faixa de Gaza de onde Israel ordenou recentemente a evacuação de civis. O ataque deixou mais de 50 pessoas feridas, disseram autoridades palestinas.

Os militares israelenses afirmaram que estavam investigando relatos de vítimas civis na escola como resultado do ataque, que, segundo eles, envolveu uma "munição precisa" que tinha como alvo um local próximo à escola.

Imagens do ataque transmitidas pela Al Jazeera, o canal de notícias com sede no Catar, mostraram um pátio de escola lotado e uma explosão sacudindo o prédio. Gritos podiam ser ouvidos enquanto as pessoas corriam para cuidar dos corpos ensanguentados de feridos no ataque.

Os militares israelenses disseram que tinham como alvo um membro do Hamas que participou do ataque do grupo em 7 de outubro, quando militantes de Gaza invadiram Israel, matando 1.200 israelenses, a maioria civis, e fazendo cerca de 250 reféns, segundo autoridades israelenses.

Desde então, a guerra de Israel em Gaza já matou mais de 38 mil pessoas, a maioria delas civis, segundo autoridades de saúde palestinas. O número não especifica quantos eram combatentes. Os bombardeios israelitas deixaram uma grande parte da Faixa de Gaza em escombros e desalojaram de suas casas a maior parte dos 2,2 milhões de habitantes do enclave.

Separadamente, os militares israelenses disseram, na quarta-feira, que realizaram uma operação contra militantes do Hamas e da Jihad Islâmica na sede da agência das Nações Unidas para refugiados palestinos na Cidade de Gaza. Uma porta-voz da ONU disse que a agência não opera mais nas instalações depois de abandoná-las em outubro. Os militares disseram que a operação ocorreu depois da abertura de rotas de evacuação para civis.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Governo Lula é aprovado por 54%, enquanto 43% o desaprovavam, diz Genial/Quaest

A mais recente pesquisa Genial/Quaest sobre a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), divulgada ontem, 10, mostra uma leve melhora na aprovação do mandatário. De acordo com nova rodada do levantamento, o governo Lula ficou com 54% de aprovação, acima da rodada anterior de maio, quando o índice foi de 50%. Nesta edição, 43% o desaprovam, ante os 47% do levantamento anterior.

A avaliação geral do governo também melhorou. O número dos que avaliavam o trabalho do presidente como positivo subiu de 33% para 36%. Os que viam como negativo, também 33% em maio, ficaram agora em 30%.

No entanto, de acordo com a pesquisa, para a maioria, 36%, a economia no Brasil piorou nos últimos 12 meses. Outros 32% disseram acreditar que a economia ficou do mesmo jeito e 28% avaliam que houve melhora.

O levantamento foi feito entre os dias 5 e 8 de junho. Foram 2000 entrevistas com eleitores de 16 anos ou mais. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo. O nível de confiança é de 95%.

Morre Luiz Chagas, jornalista, músico e pai de Gustavo e Tulipa Ruiz, aos 72 anos

Morreu, aos 72 anos, o jornalista, tradutor, escritor e músico Luiz Chagas, pai dos artistas Gustavo e Tulipa Ruiz. A confirmação veio por meio de uma publicação no Instagram ontem, 10. A causa da morte não foi divulgada.

Chagas teve uma enorme contribuição para a música paulistana e para o jornalismo. No Estadão, trabalhou no Jornal da Tarde e, até o final de 2016, publicava um blog no jornal, descrito por ele da seguinte maneira: "Cultura, dívidas e dúvidas. Normal?".

Ele também foi guitarrista da banda Isca de Polícia, de Itamar Assumpção (1949-2003), e ajudou a formar o movimento musical conhecido como vanguarda paulistana. Compôs a música Pesadelo, do aclamado álbum Pretobrás (1998), de Assumpção.

Em 2018, prestes a estrear o show Música de Apartamento, o jornalista falou ao Estadão sobre a paixão pela música. Segundo ele, o interesse inicialmente surgiu quando foi presenteado com um violão na infância, mas se desenvolveu mais tarde.

"A música veio quando eu já tinha 30 anos e dois filhos para criar. Não foi um arroubo de juventude", disse sobre a época em que fez parte da Isca de Polícia. Chagas ainda compôs trilhas sonoras para diversos filmes, especialmente nos anos 1980, como Filme Demência (1986), Anjos de Arrabalde (1987) e Quincas Borba (1987).

A trajetória na música ganhou ainda mais atenção com a visibilidade da carreira dos filhos, o produtor Gustavo Ruiz e a cantora Tulipa Ruiz. Para Tulipa, Chagas fez contribuições nos álbuns Efêmera (2010) e Tudo Tanto (2012).

Em junho, Tulipa relembrou a composição de Sushi, de Efêmera, canção que teve a letra feita pelo pai. O disco foi o primeiro lançado pela artista e a música foi a primeira parceria entre os dois.

À época, a artista mostrou trocas de e-mails entre os dois. Em um deles, Chagas citava um trecho do livro Conversas com Woody Allen, de Eric Lax: "Não se assuste. No livro do Allen, ele diz que as coisas simples são as mais difíceis de se chegar e de se interpretar".

"É uma música que sempre tocamos nos shows, mesmo não estando no setlist, porque a plateia sempre pede", contou Tulipa. "Eu canto com gosto, porque, além de saborosa, ela amadureceu com frescor "

Despedida

O velório de Luiz Chagas ocorre nesta quarta, das 9h às 14h, na Rua São Carlos do Pinhal, número 376, no bairro da Bela Vista. O sepultamento será às 15h30, no Cemitério Congonhas.

Pães de forma têm teor alcoólico acima do esperado e podem até alterar resultado do bafômetro

Um estudo inédito identificou a presença de alto teor de álcool nas formulações de algumas das marcas de pães de forma mais consumidas pelos brasileiros. Desenvolvido pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, também conhecida como Proteste, do grupo Euroconsumers, o estudo Tem álcool no seu pão de forma aponta que os níveis podem ser prejudiciais ao corpo humano, especialmente para crianças, lactantes e gestantes, podendo contribuir para a síndrome alcoólica fetal.

A pesquisa avaliou as dez marcas líderes de vendas no País: Visconti, Bauducco, Wickbold 5 Zeros, Wickbold Sem Glúten, Wickbold Leve, Panco, Seven Boys, Wickbold, Plusvita e Pullman. Entre elas, seis apresentaram teor alcoólico acima do esperado e somente as duas últimas foram aprovadas em todos os testes. As fabricantes afirmam que seguem protocolos de segurança e qualidade e que não foram notificadas do estudo nem tiveram acesso à metodologia para comentar especificamente os resultados da pesquisa.

De acordo com a Proteste, se os pães fossem bebidas, pela legislação, seis dessas marcas seriam consideradas alcoólicas. É que, no Brasil, para que uma bebida seja considerada como não alcoólica ela deve conter um teor máximo de etanol de 0,5%. Mas o número vai além desse limite entre os alimentos das seguintes marcas:

Visconti (3,37% de teor alcoólico);

Bauducco (1,17% de teor alcoólico);

Wickbold 5 zeros (0,89% de teor alcoólico);

Wickbold sem glúten (0,66% de teor alcoólico);

Wickbold leve (0,52% de teor alcoólico);

Panco (0,51% de teor alcoólico).

Ainda de acordo com o relatório, é possível supor que consumir apenas duas fatias do pão de algumas marcas poderia resultar em uma leitura positiva no teste do bafômetro. Para chegar à essa conclusão, o estudo considerou os limites listados como seguros pelo Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS), que define que as taxas devem ser abaixo de 3,3g de álcool.

Segundo o estudo, embora na fabricação de pães a fermentação converta açúcares em álcool, os altos níveis encontrados nos produtos se dão pelo uso exagerado de conservantes para prevenir mofo e manter a integridade do pão.

Além disso, segundo a Proteste, se fossem medicamentos fitoterápicos, também seria necessário haver advertências nas embalagens. De acordo com as diretrizes pediátricas europeias, o valor limite para a presença de álcool em medicamentos fitoterápicos, sem a advertência, é de 6 mg por quilo de peso corporal para crianças. Nesse caso, as únicas marcas que não ultrapassaram o limite foram a Plusvita e Pullman, do grupo Bimbo.

Após 7 anos, Congresso reforma o ensino médio e reduz a parte optativa

A Câmara dos Deputados aprovou ontem uma nova reforma do ensino médio, após sete anos, afetando quase 8 milhões de alunos já em 2025. No texto que vai para a sanção, há redução do espaço para disciplinas optativas e retomada do espaço das clássicas (como Língua Portuguesa). O Enem só muda em 2027

Em relação ao que foi aprovado no Senado, rejeitou-se a inclusão do espanhol como disciplina obrigatória e mudanças na carga horária que atingiriam o ensino técnico. A votação foi simbólica, por decisão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e apenas PSOL, PCdoB e PDT se posicionaram contrários ao novo parecer, que foi aprovado em acordo com o governo Lula e o PT.


(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Em relação ao que foi aprovado no Senado, rejeitou-se a inclusão do espanhol como disciplina obrigatória e mudanças na carga horária que atingiriam o ensino técnico.

Carga

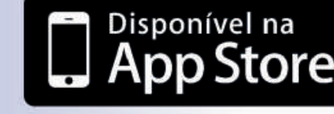
O texto aprovado prevê 2,4 mil horas de carga horária para a formação geral básica (que inclui disciplinas como Matemática), do total de 3 mil horas do ensino médio. Atualmente, desde a reforma do governo Michel Temer, em 2017, a formação básica é de 1,8 mil horas.

Contudo, o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE) - ministro da Educação na reforma anterior -, voltou a definir que, nos casos em que o ensino médio for feito com curso técnico, a formação básica poderá ser menor, com um mínimo de 2,1 mil horas, das quais 300 horas poderão ser usadas como uma articulação entre a base curricular do ensino médio e a formação técnica profissional. Na prática, isso pode reduzir a carga mínima da formação básica nesses casos para 1,8 mil horas.

Itinerários

A parte flexível do currículo do ensino médio - que pode ser de aprofundamento de estudos ou de curso técnico - continuará a se chamar "itinerários formativos". O Ministério da Educação defendia a troca por "percursos de aprofundamento e integração de estudos".

A carga horária mínima anual do ensino médio passa de 800 para 1 mil horas (o acréscimo será distribuído em 200 dias letivos), mas poderá chegar a 1,4 mil horas, de forma progressiva. O Senado havia incluído nos itinerários formativos, no processo gradual de ampliação de carga horária anual, a proporção de, no mínimo, 70% para a formação geral básica - o que foi rejeitado. A lei aprovada diz ainda que o MEC, com participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino, deverá elaborar diretrizes para os itinerários.







PF desarticula organização que planejava executar agentes públicos

A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado deflagrou ontem (10), em Tocantins, a Operação Comminatio Magistratus II, visando desarticular uma organização criminosa que planejava atentar contra a vida de agentes públicos na região de Dianópolis (TO).

Em nota, a Polícia Federal informou que, na primeira fase da operação, em maio, foram cumpridos 58 mandados, sendo 35 de busca e apreensão e 23 de prisão preventiva em cidades de Tocantins, Goiás e Maranhão.

Nesta segunda fase, segundo a PF, são cumpridos dois mandados, um de prisão preventiva e um de busca e apreensão, "em desfavor de um faccionado que continuava monitorando a rotina de um agente do Estado".

Atuação em todo o país - "A investigação criminal, iniciada em 21 de fevereiro de 2024, apurou que a facção possui atuação em todo o território brasileiro e emitiu ordens por meio de correspondências que partiram de unidades penais de Tocantins, para que seus integrantes executassem o plano e cumprisse os objetivos determinados pela liderança", acrescenta nota da PF.

De acordo com a corporação, o suspeito é investigado pela prática dos crimes de integrar organização criminosa e ameaça.

A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Tocantins é composta pelas polícias civil, Federal, Militar e Penal.

Estratégia de combate ao Aedes com larvicida vira política nacional

O Ministério da Saúde divulgou nota estabelecendo a ampliação da estratégia criada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para combate ao mosquito Aedes aegypti, vetor de arboviroses como dengue, zika e chikungunya. A expectativa é de que a transformação da medida em política pública de abrangência nacional contribua para reduzir as populações do inseto, sobretudo em cidades maiores.

A estratégia envolve as chamadas estações disseminadoras de larvicidas (EDLs). Trata-se de potes com dois litros de água parada que são distribuídos em locais onde há proliferação dos mosquitos. Em busca de um local para depositar seus ovos, as fêmeas se sentem atraídas. No entanto, antes de alcançarem a água, elas são surpreendidas por um tecido sintético que recobre os potes e que está impregnado do larvicida piriproxifeno. A substância acaba aderindo ao corpo das fêmeas que pousam na armadilha. Dessa forma, elas mesmas levarão o larvicida para os próximos criadouros que encontrarem, afetando o desenvolvimento dos ovos e as larvas ali depositados.

De acordo com a nota informativa 25/2024, editada há duas semanas pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, o fluxo para a adoção das EDLs envolve cinco etapas: manifestação de interesse do município, assinatura de acordo de cooperação técnica com a pasta e com a Fiocruz, validação da estratégia com a secretaria de saúde do respectivo estado, realização de capacitações com os agentes locais e monitoramento da implementação.

A estratégia deverá ser expandida gradativamente pelo país levando em conta a capacidade dos envolvidos nas três esferas: nacional, estadual e municipal. Inicialmente, esse trabalho contempla 15 cidades. Elas foram escolhidas com base em alguns critérios: população superior a 100 mil habitantes; alta notificação de casos de dengue, chikungunya e zika nos dois últimos anos; alta infestação por Aedes aegypti; e disponibilidade de equipe técnica operacional de campo.

As EDLs são uma inovação desenvolvida por pesquisadores da Fiocruz que atuam no Laboratório Ecologia de Doenças Transmissíveis na Amazônia (EDTA).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Operação combate esquema de importação ilegal de mercadorias

A Polícia Federal (PF) e a Receita Federal deflagraram ontem (10) a Operação Corisco Turbo, com o objetivo de desmantelar organização criminosa responsável por importar ilegalmente grandes quantidades de mercadorias de origem estrangeira sem pagamento de tributos.

Cerca de 250 policiais federais e 100 servidores da Receita Federal cumprem, ao todo, 51 mandados de busca e apreensão, 25 ordens de sequestro de bens imóveis e 42 ordens de sequestro de veículos, além do bloqueio de R$ 280 milhões nas contas dos alvos da operação. As ações acontecem em São Paulo, Goiás, no Paraná, em Santa Catarina, no Maranhão, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

Em nota, a PF informou que os mandados foram expedidos pelo Juízo da 12ª Vara Federal do Distrito Federal, que também determinou medidas cautelares em desfavor dos principais investigados, como proibição de se ausentarem do país, entrega dos passaportes em 24 horas, proibição de se ausentarem do município de domicílio, comparecimento mensal ao Juízo Federal para informar suas atividades e proibição de manterem contato uns com os outros.



(Foto: Divulgação)

Participam da ação Corisco Turbo 250 policiais federais

"As investigações apontam que a organização criminosa se subdividia em núcleos responsáveis pela negociação e venda de produtos eletrônicos, transporte/armazenamento, constituição de empresas fictícias, envio de dinheiro para o exterior e receptação dos produtos para revenda em comércio."

Ainda de acordo com a corporação, os investigadores também encontraram indícios de lavagem de dinheiro e evasão de divisas por meio de doleiros e de transferência de criptomoedas. "Há indícios da remessa ilegal de mais de R$ 1,6 bilhão ao exterior, estimando-se que foram internalizados no país mais de 500 mil telefones celulares pela organização criminosa nos últimos cinco anos".

Os suspeitos, segundo a PF, devem responder pelos crimes de falsidade ideológica, descaminho, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e organização criminosa, com penas máximas que podem chegar a 37 anos de reclusão.

Justiça do Rio absolve policiais pela morte do jovem João Pedro

Os policiais Mauro José Gonçalves, Maxwell Gomes Pereira e Fernando de Brito Meister, da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil do Rio de Janeiro foram absolvidos pela morte do jovem João Pedro Mattos Pinto. O adolescente, que na época tinha 14 anos, foi ferido dentro de uma casa, na tarde do dia 18 de maio de 2020, durante uma operação conjunta das Polícias Federal e Civil fluminense na comunidade do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio.

As investigações indicaram que João Pedro foi ferido nas costas por um fragmento de um tiro de fuzil que atingiu uma pilastra próxima de onde estava deitado no chão junto com dois amigos tentando escapar do confronto. A casa que era do tio de João Pedro ficou com mais de 70 marcas de tiros.

Na decisão, a juíza Juliana Bessa Ferraz Krykhtine absolveu sumariamente os três agentes que tinham se tornado réus por homicídio duplamente qualificado por motivo torpe até Justiça ter aceitado a denúncia apresentada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ),em fevereiro de 2022. Os agentes respondiam em liberdade.

"Julgo improcedente a pretensão deduzida na denúncia para: 1) absolver sumariamente o acusado Fernando e Brito Meister quanto à imputação dos delitos previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, e artigo 23 da Lei 13.869/2019, nos termos do art. 415, II do CPP; 2) absolver sumariamente o réus Mauro José Gonçalves e Maxwell Gomes Pereira quanto à imputação do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal nos termos do art. 415, IV do CPP; 3) absorver sumariamente os réus Mauro José Gonçalves e Maxwell Gomes Pereira quanto à imputação do delito previsto no artigo 23 da Lei 13.869/2019, nos termos do art. 415, II do CPP", afirmou a juíza na decisão.

"Assim, presente a excludente de ilicitude da legítima defesa, o reconhecimento da absolvição sumária dos réus se impõe", mostrou outro trecho do despacho.

Mesmo com todos os argumentos do MP apresentados no processo que dependia de avaliação da magistrada para saber se os policiais iriam a júri popular, a juíza entendeu que não havia materialidade delitiva.

"Após a análise das provas juntadas aos autos, bem como dos depoimentos em juízo, se demonstrou clarividente a inexistência da materialidade delitiva. Por esse motivo e, sem conseguir observar, ademais, qualquer indício de autoria, há também a necessidade de absolvição dos denunciados frente ao delito ora imputado. Dessa forma, ausentes os elementos objetivos e subjetivos do delito que ora é imputado aos réus, impõe-se o reconhecimento do decreto absolutório", indicou.

PF combate fraudes em transferências de renda em cinco estados



(Foto: Divulgação)

O grupo criminoso abria diversas contas bancárias em nome de moradores de rua, sem que as vítimas soubessem do uso indevido de sua identidade.

A Polícia Federal (PF) fez ontem (10) ação contra grupo criminoso especializado em fraudar programas de transferência de renda em cinco estados. A Operação Falso Egídio cumpre 11 mandados de prisão temporária e 16 de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Amazonas, em Mato Grosso do Sul e no Piauí. Estima-se que o grupo furtou R$ 10 milhões, com a ajuda de um servidor e duas funcionárias terceirizadas da Caixa, banco responsável pelo pagamento dos benefícios. Os empregados da instituição recebiam propina para liberar o acesso dos criminosos ao aplicativo Caixa Tem.

O grupo criminoso abria diversas contas bancárias em nome de moradores de rua, sem que as vítimas soubessem do uso indevido de sua identidade. Os fraudadores também se apropriavam das contas digitais dessas pessoas, por meio do Caixa Tem, e desviavam os valores recebidos de programas de transferência de renda para as contas abertas de forma fraudulenta.

Em seguida, os valores eram redistribuídos para os integrantes da associação criminosa, de acordo com a PF. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Federal de Niterói, no Rio de Janeiro, e as investigações contaram com o apoio da Caixa.

Seis pessoas foram presas até agora: três no Rio de Janeiro (duas em São Gonçalo e uma em Niterói), uma em São Paulo, uma no Amazonas e uma no Piauí.

Senado adia votação de projeto que garante acesso público a praias

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado adiou para a próxima semana a votação do Projeto de Lei 775/2022 de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE) que garante o acesso e o uso público das praias brasileiras. O adiamento ocorreu após o presidente da comissão, senador Marcelo Castro (MDB-PI), conceder vista coletiva, a pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2022, a PEC das Praias, que transfere a propriedade dos terrenos do litoral brasileiro, hoje sob o domínio da União, para estados, municípios e proprietários privados.

O PL 775/2022 altera o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661, de 1988) e o Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 2001) para assegurar o acesso público às praias em todo o país, em regiões urbanizadas pelo sistema viário ou não, exceto nas áreas de interesse de segurança nacional ou que façam parte de unidades de conservação, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Relatoria - Na sessão desta terça-feira, a relatora da matéria, senadora Janaína Farias (PT-CE), defendeu que a proposta estabeleça que condomínios, hotéis e resorts devem ter passagens que permitam o acesso livre da população às praias. "Propusemos a alteração na Lei 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para determinar que os projetos de loteamento prevejam os locais de acesso às praias, ao mar, aos rios e a outros corpos de água".

A relatora propôs ainda que seja ampliado o conceito de praia para incluir, além das faixas de areia, cascalhos e pedregulhos banhados pelo mar, aquelas áreas localizadas nas margens de lagos e rios.

A partir das considerações da CMA, Janaína Farias sugeriu a inclusão de regras para prever a cessão de uso das áreas da União necessárias para o acesso às praias, ao mar, aos rios e aos corpos de água em todos os municípios que ainda não assinaram os termos de adesão com o governo federal. "De modo a não prejudicar o direito de fruição dos bens públicos pela população dessas localidades", esclareceu.

Avião da Latam com destino a Guarulhos bate cauda em decolagem e precisa retornar a Milão

Um avião da companhia aérea Latam Airlines com destino ao Brasil precisou retornar ao aeroporto de origem, na Itália, após sua cauda se chocar com a pista durante a decolagem, terça-feira, 9. De acordo com a companhia, o desembarque ocorreu em segurança e sem intercorrências e o voo foi cancelado. Os passageiros estão sendo realocados em voos próprios da Latam e de outras companhias. Ninguém se feriu.

O Boeing 777-300, que realizava o voo LA8073, de Milão, na Itália, a Guarulhos, na Grande São Paulo, decolou às 8h07 (horário de Brasília) desta terça e pousou novamente em Milão, no aeroporto de Malpensa, às 9h37, conforme o site de monitoramento de voos FlightAware.

Durante a uma hora e trinta minutos que permaneceu voando, o avião realizou movimentos circulares, mostra o radar FlightAware A medida é comum em casos de tailstrike - termo técnico para quando a parte traseira da aeronave bate na pista durante a decolagem, por erro no cálculo de ângulo para a subida.



(Foto: Divulgação)

De acordo com a companhia, o desembarque ocorreu em segurança e sem intercorrências e o voo foi cancelado

Como o avião decola pesado, por estar cheio de combustível, é necessário gastá-lo antes de fazer o pouso de emergência. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) chama esse processo de alijamento. "Operação efetuada por motivo de segurança, em que uma aeronave em voo desfaz-se de parte de seu combustível, equipamento, munição ou carga", diz a agência.

A Latam Airlines afirmou, em nota, que "toda a assistência necessária está sendo oferecida aos passageiros". Disse, também, que "lamenta os transtornos causados aos passageiros e reforça que todas as suas decisões visam garantir a segurança de todos".

BC comunica vazamento de dados pessoais vinculados a chaves do Pix pela 99Pay

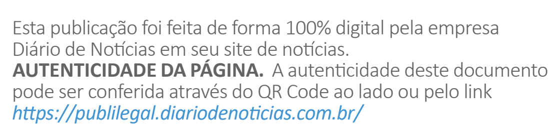
O Banco Central (BC) informou ontem, 10, uma nova ocorrência de vazamento de dados cadastrais vinculados a chaves do Pix, dessa vez sob a responsabilidade da 99Pay Instituição de Pagamento. Foram potencialmente expostos dados cadastrais vinculados a 39.088 chaves Pix, incluindo nome do usuário, CPF com máscara, instituição de relacionamento, agência e número da conta.

"Não foram expostos dados sensíveis, tais como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário. As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras", enfatizou o BC.

De acordo com a autoridade monetária, o incidente de segurança ocorreu por "falhas pontuais" em sistemas da 99Pay. "Foram adotadas as ações necessárias para a apuração detalhada do caso e serão aplicadas as medidas sancionadoras previstas na regulação vigente", acrescentou a autarquia.

Os clientes que tiveram seus dados expostos serão notificados por meio do aplicativo ou pelo internet banking de seus bancos. "Nem o BC nem as instituições participantes usarão quaisquer outros meios de comunicação aos usuários afetados, tais como aplicativos de mensagens, chamadas telefônicas, SMS ou e-mail", completou a autoridade monetária.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Vasco anuncia a contratação de Philippe Coutinho após 14 anos: 'Muita felicidade'

O Vasco anunciou, ontem, a contratação do meia Philippe Coutinho. Revelado pelo clube, o jogador chega como o grande nome para levar o time novamente à disputa por títulos no cenário nacional.

O jogador retorna a São Januário após um intervalo de 14 anos. Em um post no seu site oficial, o clube tratou de valorizar a chegada do atleta. "Coutinho é Vasco!".

Nas redes sociais, o jogador, de 32 anos, aparece em duas fotos com a camisa vascaína. Na primeira, ele aparece de frente destacando o escudo com a cruz de malta. Em outra imagem, o atleta aparece com o número 11 às costas.

A apresentação do meia já tem data definida pela diretoria. Philippe Coutinho vai conceder a primeira entrevista coletiva nesta quinta-feira, às 15h11 (o minuto é referência ao número da camisa que ele vai usar) na Sede Náutica do clube, na Lagoa.

Coutinho chega após um acerto por empréstimo com o Aston Villa e o vínculo vai até o meio do ano de 2025. Na última temporada, ele defendeu o Al-Duhai, do Catar. A negociação que repatriou o atleta durou cerca de dois meses.

No período em que esteve no exterior, ele passou pela Inter de Milão, Liverpool, Barcelona e Aston Villa, entre outras equipes. Em entrevista ao site do clube, o jogador comentou sobre o seu retorno.

"É um sentimento de muita felicidade, alegria e ansiedade. Vivi muito tempo fora, então, é realmente um sentimento d estar voltando para casa, para o lugar onde fui criado, que eu amo. Todo mundo sabe o quanto eu estou feliz por essa volta".

Real Madrid define numeração dos jogadores e dá a camisa 9 para Mbappé

O Real Madrid divulgou, ontem, algumas mudanças nas numerações dos jogadores para a temporada 2024/2025 Recém-contratado, Kylian Mbappé será o novo dono da camisa 9 merengue. O atacante francês vai assumir o número que estava sem dono desde a saída do compatriota Karim Benzema, em junho do ano passado.

No Paris Saint-Germain, onde estava nas últimas temporadas, Mbappé usou a 7, que tem Vini Jr como dono no time espanhol. Já na seleção da França, o atacante é o camisa 10,(número utilizado por Luka Modric) .

Outros jogadores do elenco tiveram as numerações divulgadas pelo clube merengue nesta quarta: Camavinga (6), Valverde (8), Tchouameni (14), Arda Güler (15) e Vallejo (18).

Sem a camisa 9, utilizada quando estava no Palmeiras e na seleção brasileira, Endrick ainda não teve a numeração para a próxima temporada divulgada pelo Real Madrid.

Há um mês, o jornal "As" publicou que Mbappé seria o camisa 9 e Endrick ficaria com a 16, primeiro número utilizado quando deixou as categorias de base e foi promovido para o time profissional do Palmeiras.

Corinthians anuncia Ramón Díaz como novo técnico para evitar queda para Série B

O Corinthians anunciou nesta quarta-feira, o novo treinador para a sequência da temporada. Trata-se do argentino Ramón Díaz, de 64 anos. Acompanhado do auxiliar e filho Emiliano Díaz, o experiente treinador chega ao Parque São Jorge com a missão de livrar o clube do rebaixamento à Série B.

O contrato do treinador é válido até 31 de dezembro de 2025. Também chegam para compor a comissão técnica o auxiliar Juan Romanazzi, o preparador físico Diego Pereira e o analista de desempenho Damian Paz.

A situação não é novidade de para Ramón Díaz. No ano passado, o argentino assumiu o Vasco na penúltima colocação - a mesma posição que ocupa o Corinthians - e manteve a equipe carioca na elite nacional.

O ciclo de Ramón Díaz no Vasco chegou ao fim no dia 27 de abril, depois da goleada sofrida para o Criciúma, por 4 a 0, em São Januário, na 4ª rodada do Brasileirão. Dias antes, o treinador havia se envolvido em polêmica ao fazer uma declaração machista após a derrota para o Red Bull Bragantino.

"Com respeito aos árbitros, não podemos falar muito. Na última partida, o VAR foi uma senhorita, uma mulher, e foi pênalti. Me parece complicado que no VAR quem tenha que decidir seja uma mulher. Porque o futebol é tão dinâmico, com ações tão rápidas. Hoje não sei se o árbitro também não viu o lance, que me pareceu pênalti", disparou Ramón Díaz, reclamando da arbitragem do jogo anterior, contra o Grêmio.

Após a repercussão negativa, o treinador pediu desculpas, mas disse ter sido mal interpretado: "Me pareceu que o que eu quis dizer é que uma só pessoa não pode tomar uma decisão tão importante como é a participação do VAR no futebol".

Além do Vasco, o argentino comandou Al Hilal, Al-Nasr, Independiente, San Lorenzo, San Lorenzo e seleção paraguaia, de 2014 a 2016. Sua conquista mais importante foi a Copa Libertadores de 1996, pelo River Plate.

No Corinthians, ele vai substituir António Oliveira, demitido na última terça-feira, um dia depois da derrota para o Palmeiras, por 2 a 0, no Allianz Parque. Fábio Carille, atualmente no Santos, era a primeira opção, mas não houve acerto.

SELEÇÃO FEMININA

*Convocadas da seleção brasileira de futebol feminino para as **Olimpídas 2024***

GOLEIRAS
- Lorena (Grêmio)
- Tainá (América-MG)

ZAGUEIRAS
- Rafaelle (Orlando Pride)
- Tarciane (Houston Dash)
- Thais Ferreira (Tenerife-ESP)

MEIO-CAMPISTAS
- Ana Vitória (Atlético de Madrid)
- Duda Sampaio (Corinthians)
- Yayá (Corinthians)

LATERAIS
- Antônia (sem clube)
- Tamires (Corinthians)
- Yasmim (Corinthians)

ATACANTES
- Adriana (Orlando Pride)
- Gabi Nunes (Levante)
- Gabi Portilho (Corinthians)
- Jheniffer (Corinthians)
- Kerolin (North C. Courage)
- Marta (Orlando Pride)
- Ludmila (sem clube)

Suplentes: Luciana (goleira, Ferroviária), Lauren (zagueira, Kansas City Current), Angelina (volante, Orlando Pride) e Priscila (atacante, Internacional)

FONTE CBF ® INFOGRAFFO

Di María encerra ciclo na seleção Argentina com final no domingo: 'Terminar da melhor maneira'



(Foto: Divulgação)

A vaga garantida na final da Copa América com o triunfo sobre o Canadá, na última terça-feira, assegurou um desfecho mais do que especial para um dos jogadores mais emblemáticos da seleção argentina. Aos 36 anos, Di María vai estar se despedindo da seleção argentina ao melhor estilo: em uma final de torneio.

Herói da última conquista, quando fez o gol da vitória de 1 a 0 contra o Brasil em pleno Maracanã, na Copa América de 2021, ele confirmou o seu adeus ao time nacional. No calor da emoção, o craque não conteve as lágrimas.

"Espero terminar da melhor maneira. Aconteça o que acontecer, acho que vou sair pela porta da frente. Fiz de tudo para encerrar a carreira assim. Trabalho muito, faço o que tenho de fazer e tento sempre dar o meu melhor. Dei a minha vida por essa camisa", afirmou o jogador bastante emocionado.

O discurso já em tom de despedida mesmo faltando uma partida para decretar a sua aposentadoria deu espaço para homenagens por parte do atleta do Benfica, de Portugal.

"Sou grato a todos que me apoiaram. Minha família, a essa equipe que me deu tudo (seleção da Argentina). Não estou preparado para o meu último jogo com a seleção, mas está na hora. Sonhei com isso dessa maneira e foi o que consegui. Chegar a mais uma final", comentou.

Nem mesmo o pedido dos companheiros para que fim da aposentadoria fosse adiado teve o poder de mudar o pensamento do atacante. "Eles sabem que não há volta. Está decidido. Dei tudo o que tinha de dar. Nos próximos jogos da seleção, estarei lá torcendo por eles", disse.

A despedida também ganhou forma nas redes sociais por meio de uma postagem de agradecimento. "Não encontro palavras para descrever tudo o que estou sentindo neste momento. Mas o que quero destacar é a gratidão que tenho por esse grupo", diz parte do texto em sua conta no Instagram.

Derrubado por segurança no campo, Morata diz estar bem para defender a Espanha na final da Euro



(Foto: Divulgação)

Alvo de uma situação inusitada, o atacante Morata foi derrubado por um segurança na comemoração junto aos jogadores da Espanha pela vaga na final da Eurocopa no gramado da Arena de Munique. O funcionário atingiu o seu joelho quando tentava deter um invasor. O atacante espanhol disse que tudo não passou de um susto.

"Estou bem sim", disse o goleador do Atlético de Madrid ao ser questionado sobre o momento em que foi ao chão. Ao ser atingido, ele levantou e demonstrou ter sentido a pancada. Bem humorado após o incidente, ele brincou com a situação "Cartão amarelo", disse o jogador em declaração ao jornal Marca.

Morata tem sido um personagem à parte nesta disputa de Eurocopa. Questionado pela imprensa espanhola, o atacante ganhou a defesa da mulher Alice Campelo, que foi às redes sociais demonstrar sua indignação com as críticas.

"Acho que todos podem expressar a sua opinião, mas ao mesmo tempo precisamos de respeito. E aqui eles nem sabem o que é respeito. É um absurdo normalizar comportamentos e artigos deste tipo", disse Alice em suas redes sociais.

Garantido na decisão da Eurocopa após passar pela França nas semifinais, Morata segue à disposição do técnico Luis de la Fuente. A Espanha chega para o duelo decisivo com 100% de aproveitamento até aqui. Além de vencer os três compromissos na fase de grupos, os espanhóis golearam a Geórgia por 4 a 1 nas oitavas, derrotaram os alemães nas quartas por 2 a 1 e, nesta terça-feira fizeram 2 a 1 nos franceses.

Deschamps tem trabalho questionado após queda da França na semifinal da Eurocopa



(Foto: Divulgação)

A eliminação da França para a Espanha na semifinal da Eurocopa colocou em xeque o trabalho do técnico Didier Deschamps As fracas atuações no torneio europeu trouxeram questionamentos ao comando do treinador, que tem contrato até 2026.

A imprensa francesa criticou a falta de poder ofensivo da equipe que não conseguiu mostrar eficiência na competição. A torcida também se irritou com o futebol apresentado e o nome de Zidane ganha força para uma possível troca visando a Copa do Mundo de 2026.

Deschamps, no entanto, ganhou um aliado importante nessa onda de críticas. Philippe Diallo, presidente da Federação Francesa de Futebol (FFF) garantiu que o treinador vai cumprir o contrato até o fim.

"Os resultados são geralmente positivos à medida em que o objetivo traçado para a semifinal foi alcançado. Nunca deveríamos banalizar o resultado. Chegar entre os quatro melhores é a demonstração de um desempenho de alto nível", afirmou o dirigente em entrevista ao jornal "L'Equipe".

Diallo considera o trabalho de Deschamps satisfatório e não vê motivo para se ventilar uma mudança no comando da seleção francesa. "Não vejo razão para pôr em causa o seu contrato. Os resultados anteriores falam por ele e os objetivos foram alcançados. Didier continuará sua missão", completou.

Mas se o mandatário da entidade que comanda o futebol francês aprova o trabalho do atual treinador, a campanha apresentada na Eurocopa mostra um time que sofreu para chegar às semifinais.

Na fase de classificação, a equipe obteve uma vitória e dois empates e passou para a etapa seguinte como segunda colocada na chave. Nas oitavas, a vaga veio com um triunfo de 1 a 0 sobre a Bélgica. Diante de Portugal, nas quartas, o selecionado francês confirmou sua chegada à semifinal somente na disputa de pênaltis após uma igualdade de 0 a 0 no tempo normal e na prorrogação. Na semi, a derrota por 2 a 1 para os espanhóis decretou a eliminação e a volta para casa detonando um alto clima de insatisfação por parte da torcida.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ITIQUIRA VARA ÚNICA DE ITIQUIRA EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO FERNANDA MAYUMI KOBAYASHI PROCESSO n. 0000815-89.2007.8.11.0027 Valor da causa: R$ 100.000,00 ESPÉCIE: [Anulação, Requerimento de Reintegração de Posse]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)POLO ATIVO: Nome: MARIA ANITA ZAMBONI POLO PASSIVO: Nome: JAIR PETRONI Nome: Eutália Ferreira Moraes (curadora de Indira Ferreira Reyes) Nome: Indira Ferreira Reyes Nome: Olga de Moraes Petroni (representante do Espolio de Alice de Moraes Petroni) Nome: AURIA GERALDA FERREIRA DE MORAES FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DO POLO PASSIVO, acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. RESUMO DA INICIAL: (...) A Autora é proprietária de cinco lotes de terras pastais e lavradias, contíguas, denominadas Fazenda Esperança II, com extensão total de 4.149,8 has., com os limites e confrontações objetos das matriculas n°s. 109, 142, 360, 565 e 1064, cio Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itiquira. Inteirando-se dos fatos, tomou conhecimento de que os Réus pessoas físicas haviam obtido junto ao Estado de Mato Grosso, através do Instituto de Terras de Mato Grosso, um título de domínio sobre uma área de 378, 0804 has., que levaram a registro sob n°. 741, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de !tiquira. Procedendo aos levantamentos topográficos identificou que o Título Definitivo n°. 008133, expedido pelo Estado de Mato Grosso, em 27.06.1995, 1- dez anos antes do pedido de imissão de posse - se sobrepõe sobre áreas das matrículas nes. 1064 e 109, na proporção de 206,7 has. e 162,0 has. respectivamente, conforme laudo técnico produzido pelo Sr. Perito Judicial nomeado nos autos de ação de imissão de posse ne. 57/2005, sendo certo que o restante de área mencionada no referido título definitivo, sobrepõe área de terceiros, ainda, conforme aquele laudo técnico. Pelo exposto requer a Vossa Excelência se digne:- Ordenar a distribuição por dependência e em apenso aos autos de ação de imissão de posse n°. 57/2005; ação de embargos de terceiro n°. 81/2005; ação demarcatória n°. 135/2005, ordenando a suspensão dos mesmos, para serem julgados simultaneamente com o presente, na forma do art. 105, do Código de Processo Civil; Ordenar a citação dos Réus pessoas físicas via postal, para oferecerem contestação no prazo de quinze (15) dias, produzindo as provas que tiverem e indicando as provas que pretenderem produzir, justificando-as sob pena de indeferimento, enfim, para acompanhar o feito em seus ulteriores termos; Ordenar a citação do Estado de Mato Grosso, na pessoa de seu representante legal, para oferecer contestação no prazo legal, enfim, para acompanhar o feito em seus ulteriores termos; Julgar integralmente procedente o pedido para fim de, reconhecendo a sobreposição de áreas e nos termos das Legislações Federal e Estadual decretar a absoluta ineficácia da alienação feita pelo Estado de Mato Grosso aos Réus pessoas físicas, conforme matricula n°. 741, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itiquira originária do Titulo Definitivo n°. 008133, contra as posse e propriedade da Autora até o limite de 368,7 has., dentro das matrículas nos. 1064 e 109, do Cartório de Registro de Imóveis de Itiguira, conforme fundamentação supra e documentos que instruem a inicial, condenando os Réus nos consectários da sucumbência; Para prova, deferir a produção de todos os meios em Direito admitidos, de modo especial, depoimentos pessoais, oitiva de testemunhas, juntada oportuna de documentos, requisição de documentos em repartições públicas e perícias; DECISÃO: (...) CITEM-SE via edital os requeridos ainda não convocados à defesa na presente demanda (Indira Ferreira Reyes e Olga de Moraes Petroni Viceconti, Espólios de Alice de Moraes Petroni, representado pela curadora Olga de Moraes Petroni e sucessores e Eutália Ferreira de Moraes, representada pela curadora Indira Ferreira Reyes e espólios de JAIR PETRONI e AURIA GERALDA FERREIRA DE MORAES, sejam citados nas pessoas de seus sucessores e representante respectiva), para que respondam à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as regras contidas nos artigos 256 e seguintes do Código de Processo Civil. Fixo o prazo de 20 (vinte) dias para o edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, SOFIA SANTOS NASCIMENTO, digitei. ITIQUIRA, 26 de junho de 2024. (Assinado Digitalmente) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE FARMÁCIAS DROGARIAS DISTRIBUIDORAS PERFUMARIAS SIMILARES E MANIPULAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDIFARMA) entidade sindical de primeiro grau, inscrita CNPJ/MF sob nº 00.095.864/0001-34, com denominação "SINDICATO DOS AUXILIARES DE FARMÁCIAS DROGARIAS E MANIPULAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO" representante da categoria profissional dos auxiliares de farmácias, drogarias e manipulações em geral com SEDE OFICIAL estabelecida à Rua Alaíde Nascimento de Lemos, nº 48, Vila Lemos, CEP: 13100-453, Campinas-SP, subsedes nos municípios de São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo e Sorocaba, pelo presente edital CONVOCA os sócios quites com suas obrigações e em condições de votar, para participarem da assembléia geral extraordinária a ser realizada no dia 15/07/2024 às 14h00 em primeira convocação ou às 14h30min em segunda e última convocação (previsão estatutária) (Rua Mario Zampieri,57, sala 33, Centro, São Bernardo do Campo) com qualquer número de presentes, devendo saber que para o trabalhador adentrar no local e participar da assembléia, deverá estar munido de original da CTPS ou cópia autenticada em cartório/tabelião, comprovando a condição de sócio e membro da categoria profissional. A presente assembléia geral irá deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Ratificar mais uma vez a representatividade da entidade perante os trabalhadores da categoria profissional acima mencionada por força da Apelação em Mandado de Segurança no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proc. 1998.01.00.014569-8 com "trânsito em julgado"; b) Garantir a data base sendo 01 de julho e manter as negociação coletivas, celebrando termos aditivos e acordos individuais com empresas do setor farmacêutico, proposta de Convenção Coletiva de Trabalho a ser negociada junto as categorias econômicas representantes do comercio varejista e atacadista de produtos farmacêuticos, visando a obtenção de vantagens econômicos-sociais para a respectiva categoria profissional; c) Deliberar e aprovar a contribuição sindical, cota de taxa negocial, cota de taxa assistencial, determinar a forma e prazo de pagamento de todos aqueles filiados que participarem das categorias profissionais (CLT art.513, alínea, "e") abrangidos pelas normas coletivas, além de estabelecer a forma e o prazo para oposição ao desconto, cujo rol de reinvindicações deverá ser negociado com as respectivas empresas e entidades patronais; d) votação pela assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade, para negociar e firmar norma coletiva, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente. e) Deliberar sobre as reivindicações da categoria profissional para efeito da redação e posterior entrega da pauta. Campinas, 09 de julho de 2023 - Claudete Maria Benacci – CPF 075.120.378-56 – Presidente.

PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ

Processo SEI nº 006.00160998/2024-17 – Código Único: 2024047366-4
Pregão Eletrônico nº: 90011/2024

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros para consumo no período de **julho a setembro/2024.** Encontra-se aberta na **PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ**, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90011/2024**, do tipo MENOR PREÇO, referente ao **Processo SEI nº 006.00160998/2024-17**, Código Único: 2024047366-4, destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros para consumo no período de **julho a setembro/2024**. A realização da sessão será no dia 24/07/2024, às 09h00min. Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O edital também se encontra disponível no endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, seção de CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, e www.e-negociospublicos.com.br e as informações poderão ser obtidas na própria Unidade através do telefone: (15) 3258-1301 – ramais 212/226/239.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Leme **CONTRATADA:** FORTMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA; **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA.; **NÚMERO DO CONTRATO:** 287/2024 **DATA:** 05/07/2024; **SUPORTE LEGAL:** Lei nº 14.133/21; **VALOR GLOBAL:** R$ 192.998,00 (Cento e noventa e dois mil, novecentos e noventa e oito reais). **LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2024; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 022001.5.1000097 (9677) e 022001.1.1100000 (9712)

Leme, 05 de julho de 2024
JOSÉ CARLOS CREMASCO
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EXAMES DE AUDIOMETRIA / IMITANCIOMETRIA, BERA COM FREQUÊNCIA ESPECÍFICA, CINTILOGRAFIAS DIVERSAS, MAPA E HOLTER ADULTO/INFANTIL. DATA DA ABERTURA: 26.07.2024 AS 09:30 HORAS - O edital estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br. Bragança Paulista, 10 de julho de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em exercício

PENITENCIÁRIA "DR. ENIO MENDES JUNIOR" DE CAPELA DO ALTO

AVISO DE ABERTURA
Pregão Eletrônico 90010/2024

Nº Processo: 006.00237105/2024-39
Objeto: Aquisição de Material de Consumo de itens do Kit Preso e itens de Segurança
Total de Itens Licitados: 18 (Dezoito).
Valor total da licitação: R$ 156.574,60 (Cento e cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)
Disponibilidade do edital: 11/07/2024
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rod. Raposo Tavares, Km 134 S/n - Bairro Capanema, Capela do Alto-SP; e Link do PNCP: www.gov.br/pncp
Entrega das Propostas: a partir de 11/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 23/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

DECISÃO - EDITAL

Processo nº: 0137577-02.2009.8.26.0100
Classe - Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução
Requerente: Cooperativa de Economia Crédito Mútuo Pm Serv Secretaria Neg Seg Pública Est São Paulo
Requerido: Misael Pereira

Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 448, servindo a presente decisão como edital. Este Juízo FAZ SABER a **Misael Pereira**, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por Cooperativa de Economia Crédito Mútuo Pm Serv Secretaria Neg Seg Pública Est São Paulo. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nos termos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 186,20, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

São Paulo, 25 de junho de 2024. Sergio Serrano Nunes Filho - Juiz de Direito

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina Sant'Ana, o PREGÃO (ELETRÔNICO) tipo Menor Preço nº 90007/2024 - Processo nº 006.00203938/2024-04, para contratação de serviços de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores oficiais, com fornecimento de peças, e intermediação de pagamento - Autogestão, pelo período de 15 meses, à **realizar-se em 25/07/2024 às 09:30 horas**, na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02088-900 - São Paulo/SP e com inicio para envio da Proposta Eletrônica em **11/07/2024** no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data de abertura para a PREGÃO ELETRÔNICO 90/2024 cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA, SOLVENTES E MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.** O período de envio das propostas será a partir de 12/07/2024 até 25/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 25/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, à partir do dia 12/07/2024. Orlândia, SP, 10 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 022/2024 – **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS I – **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 23 de julho de 2024, às 09:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, **Pregão Eletrônico 90020/2024**, **PARTICIPAÇÃO AMPLA 75/25**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço a realização da sessão será dia 30/07/2024, 09:H00, no site: www.compras.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br e drs2-apcardoso@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274

PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ

Processo SEI nº 006.00160986/2024-92 – Código Único: 2024047358-4
Pregão Eletrônico nº: 90010/2024

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para consumo no período de **abril a junho/2024.** Encontra-se aberta na **PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ**, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90010/2024**, do tipo MENOR PREÇO, referente ao **Processo SEI nº 006.00160986/2024-92**, Código Único: 2024047358-4, destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para consumo no período de julho a setembro/2024. A realização da sessão será no dia **24/07/2024**, às **09h00min**. Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. O edital também se encontra disponível no endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, seção de CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, e www.e-negociospublicos.com.br e as informações poderão ser obtidas na própria Unidade através do telefone: (15) 3258-1301 – ramais 212/226/239.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 83/2024
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19.619/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE BASE DE CONCRETO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PLAYGROUNDS EM LOCAIS DIVERSOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES – CONTRATO FINISA N° 0615.892-21 CAIXA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 23/08/2024 às 09:30 horas.
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 10 de julho de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, **Pregão Eletrônico 90018/2024**, **PARTICIPAÇÃO RESTRITA**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço a realização da sessão será dia 26/07/2024, 09:H00, no site: www.compras.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br e drs2-apcardoso@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 562/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 8.628/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 15/07/2024 até as 08h30min do dia 29/07/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 29/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 29/07/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.licitardigital.com.br.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.licitardigital.com.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 10 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi SUSPENSA a abertura da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO 90/2024, cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA, SOLVENTES E MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**, que ocorreria em22/07/2024 às 08:30 horas. Motivo: restauração do período legal de publicidade. Ato seguinte: será designada nova data de abertura para o certame e dada devida publicidade. Orlândia, 10 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR – Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, **Pregão Eletrônico 90021/2024**, **PARTICIPAÇÃO RESTRITA**, referente à Aquisição de Material de Consumo, para atender as necessidades do DRSII - Araçatuba, do tipo menor preço a realização da sessão será dia 25/07/2024, 09:H00, no site: www.compras.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br e drs2-apcardoso@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274

CANTU STORE S.A.

CNPJ/MF nº 41.096.674/0001-19 - NIRE: 3530056576-2
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de abril de 2024

Dia 30/04/2024, às 10 hs, por meio de vídeo conferência. sendo realizada na sede da Companhia, em São Paulo-SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** presidente: Glauco Guimarães Ferreira, secretário: Pedro Ramires da Costa. **Deliberações unânimes: (I)** Aprovar as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras para o exercício social findo em 31/12/2024. **(II)** Aprovar a ratificação da distribuição de dividendos no valor de R$ 100.000.000,00 ao único acionista da Companhia, realizada na AGE de 08/02/2023, e retificar a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2022, constante do item (II) da ordem do dia da AGO ocorrida em 28/04/2023 para refletir a distribuição de dividendos aprovada e realizada em 08/02/2023. Desta forma, o item (II) é rerratificado para que conste a seguinte redação:***(II)*** *aprovar a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2022, compreendendo o lucro líquido da Companhia no montante de R$ 263.439.000,00, da seguinte forma:* **a)** *R$ 65.860.000,00 foi antecipadamente destinado para a distribuição de dividendos ao único acionista da Companhia.* **b)** *R$ 197.407.000,00 será destinado à Reserva de Investimento e Expansão;* **c)** *R$ 172.000,00 será destinado à conta de reserva de retenção de lucros como forma de absorção de prejuízos de anos anteriores.* **(III)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023, com base no lucro líquido apurado de R$ 90.846.000,00, nos seguintes termos: **a)** R$ 34.140.000.00 foi antecipadamente destinado para a distribuição de dividendos ao único acionista da Companhia; **b)** R$ 56.706.000,00 será destinado à Reserva de Investimentos e Expansão, esta destinação deverá estar vinculada ao atendimento do item 10.5, alínea b, do acordo de acionistas datado de 08.02.2023. **(IV)** Eleger os membros do Conselho de Administração, para mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição: **(a) Glauco Guimarães Ferreira**, CPF/MF 274.533.358-50 como membro do Conselho de Administração; **(b) Claudia da Rosa Cortes de Larcerda**, CPF/MF 965075517-91 como membro do Conselho de Administração; **(c) Humberto Gabriel Cantu**, CPF/MF 035.941.999-24 como membro do Conselho de Administração; **(d) Ronaldo da Cunha Bueno Neto**, CPF/MF 305.085.678-58, como membro do Conselho de Administração; **(e) Eduardo Rogatto Luque**, CPF/MF 142.773.658-84 como membro do Conselho de Administração; **(f) Julio Andrés Babecki Campuzano**, passaporte espanhol nº XDD390157, como membro do Conselho de Administração; **(g) Farah Deeba Khan**, passaporte americano nº 520748027, como membro do Conselho de Administração. Aprovar, ainda, a designação de: Glauco Guimarães Ferreira, Claudia da Rosa Cortes de Lacerda, Ronaldo da Cunha Bueno Neto e Eduardo Rogatto Luque como membros independentes do Conselho de Administração. **(V)** Aprovar **Glauco Guimarães Ferreira** para Presidente do Conselho de Administração. **(VI)** Aprovar a remuneração global dos administradores da Companhia prevista para o exercício social de 2024 no montante máximo de R$ 5.281.083, devendo o Conselho de Administração da Companhia aprovar a distribuição entre seus membros e a Diretoria. Nada mais, formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob o nº 258.797/24-1 em 02/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, **Pregão Eletrônico 90019/2024**, **PARTICIPAÇÃO AMPLA 75/25**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço a realização da sessão será dia 29/07/2024, 09:H00, no site: www.compras.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br e drs2-apcardoso@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024 – Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de reforma do Estádio Municipal de Futebol "José Luiz Bueno" – Etapa 2 no Município de Ipeúna/SP. Recebimento das Propostas por meio eletrônico: a partir do dia 11/07/2024 às 08h00; Abertura das propostas por meio eletrônico: às 09h10 do dia 16/08/2024; Início da sessão de disputa de preços: às 09h30 do dia 16/08/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, na página http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação) e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 10/07/2024. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Decisão mantém lei que restringe pesca profissional em MT por cinco anos

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de liminar em três ações que questionam a lei da Política de Pesca de Mato Grosso (MT). A norma proibiu, por cinco anos, o transporte, o armazenamento e a comercialização de algumas espécies de peixes nos rios do estado, a contar de janeiro deste ano.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 7471, 7514 e 7590) foram apresentadas respectivamente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo Partido Social Democrático (PSD) e pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA). Entre outros pontos, as ações afirmam que as regras são desproporcionais. Também alegam que apenas a União poderia legislar sobre temas como comércio e direito do trabalho.

Antes de decidir sobre o pedido de liminar, o relator realizou duas audiências de conciliação com representantes dos governos federal, estadual, da Assembleia Legislativa de MT, dos pescadores e dos partidos autores das ações. As reuniões aconteceram em 25/1 e 2/4 deste ano, mas os interessados não chegaram a um acordo.

Na decisão, o ministro André Mendonça afastou as alegações de que a lei invadiu atribuições da União. Segundo ele, a norma trata de interesses locais de natureza ambiental, em conformidade com a autonomia conferida aos estados pela Constituição Federal, que permite a edição de regras locais mais rígidas que as federais.

O relator observou ainda que as informações apresentadas pelo governo estadual sobre a lei deixam claro que o pescador profissional artesanal continuará exercendo o seu ofício, apenas limitado pelas espécies de peixes elencadas em um decreto estadual. Além disso, constatou que não há repercussões negativas à proteção previdenciária e assistencial das comunidades diretamente envolvidas, pois a norma prevê que o estado compense a perda de renda e a manutenção da filiação ao INSS.

Ministro manda Justiça do Pará fazer audiência de custódia de mulher presa há uma semana

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, no exercício da Presidência, determinou que a Justiça do Pará promova, em 24h, audiência de custódia de uma mulher presa preventivamente há uma semana. A decisão foi tomada na Reclamação (RCL) 69588, apresentada pela defesa da acusada.

A mulher é suspeita de participar de assalto em uma loja de celular em Castanhal (PA), e sua prisão preventiva foi decretada em 28/6 pela 2ª Vara Criminal local. Segundo seus advogados, porém, não houve audiência de custódia nas 24 horas seguintes, porque a 2ª Vara Criminal entendia que a medida só seria cabível em prisões em flagrante. Por isso, pediram que o STF determinasse a realização da audiência o mais rápido possível ou substituísse a prisão preventiva por domiciliar, uma vez que a mulher é mãe de crianças menores de 12 anos.

O ministro Edson Fachin deferiu o primeiro pedido e lembrou que, de acordo com o entendimento do Supremo, a audiência de custódia é indispensável em todas as modalidades de prisão. Para o ministro, a justiça local não apontou razões que justificassem a não realização do procedimento. Com relação à conversão da prisão preventiva em domiciliar, Fachin observou que, sem a audiência de custódia, a legalidade da prisão ainda não foi devidamente analisada.

STJ reafirma ilegalidade de provas obtidas em busca pessoal motivada por mera “atitude suspeita”

Por reconhecer a nulidade das provas obtidas mediante busca pessoal e residencial ilegítimas, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu decisão de primeira instância que havia determinado o trancamento de uma ação penal. O colegiado entendeu não ter havido comprovação de fundadas razões para a abordagem policial do acusado em via pública.

O processo narra que uma equipe policial, em patrulhamento de rotina, abordou um motorista que conduzia o veículo em alegada “atitude suspeita”. Checado o sistema de informações da polícia, verificou-se que ele tinha antecedentes criminais. Após busca pessoal e apreensão de entorpecente no carro, o motorista teria revelado a existência de mais drogas em sua casa. Os policiais se dirigiram ao local, onde encontraram entorpecentes e dinheiro. Posteriormente, foi confirmada a reiteração da conduta delitiva do acusado.

O juízo de primeira instância concedeu habeas corpus de ofício para anular a prova produzida devido à ausência de comprovação de fundadas razões para a abordagem policial, bem como pela subsequente ofensa à garantia constitucional de inviolabilidade do domicílio.

A decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), que entendeu que a abordagem do acusado e a busca pessoal realizada em seguida foram justificadas diante da suspeita de atividade criminosa.

Ação de reintegração de posse de imóvel com alienação fiduciária não exige prévia realização de leilões

A Terceira Turma do STJ, por unanimidade, decidiu que, após a constituição do devedor em mora, o credor fiduciário pode ajuizar a ação de reintegração de posse mesmo sem a prévia realização dos leilões públicos previstos no artigo 27 da Lei 9.514/1997. Segundo o colegiado, o único requisito para a ação de reintegração de posse é a consolidação da propriedade em nome do credor, conforme o artigo 30 da mesma lei.

No caso julgado, um banco buscava reverter a decisão que julgou improcedente seu pedido de reintegração de posse de um imóvel. O tribunal de segunda instância entendeu que a prévia realização de leilão público seria imprescindível para a imissão na posse.

Ao STJ, a instituição financeira alegou que, no âmbito da alienação fiduciária de imóveis, caso a dívida não seja paga e o devedor fiduciante seja constituído em mora, a propriedade se consolida em nome do credor, o que legitima o ajuizamento da ação de reintegração de posse, sem a necessidade de realização do leilão.

Consolidação da propriedade levou devedor a ocupar imóvel de forma ilegítima

A relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, comentou que, quando a propriedade fiduciária adquirida pelo credor tem caráter resolúvel, ela está condicionada ao pagamento da dívida. Desse modo, verificado o pagamento, tem-se a extinção da propriedade do credor, a qual é automaticamente revertida ao devedor.


(Foto: Gustavo Lima/STJ)

Nancy Andrighi também destacou que não é possível extrair do referido dispositivo legal qualquer indicação de que a reintegração de posse do imóvel não poderia ser deferida em favor de seu proprietário antes da realização dos leilões.

Por outro lado, não sendo paga a dívida, ocorre a consolidação da propriedade em nome do credor, a qual será averbada no registro imobiliário.

Segundo a relatora, o procedimento de retomada do imóvel por meio da consolidação da propriedade resulta na extinção do contrato que sustentava a posse direta do bem pelo devedor. A partir daí, a ocupação do imóvel pelo devedor será ilegítima e injusta (esbulho possessório), conferindo ao credor o direito à reintegração de posse. “A posse, pelo devedor, decorre do contrato que foi firmado. Resolvido esse contrato, o fundamento de seu poder de fato sobre o bem desaparece”, declarou a ministra.

“Não por outro motivo, o artigo 30 da Lei 9.514/1997 preceitua que é assegurada ao fiduciário, ao seu cessionário ou aos seus sucessores, inclusive ao adquirente do imóvel por força do leilão público de que tratam os artigos 26-A, 27 e 27-A, a reintegração na posse do imóvel, que será concedida liminarmente, para desocupação no prazo de 60 dias, desde que comprovada a consolidação da propriedade em seu nome, na forma prevista no artigo 26 daquela lei”, acrescentou.

Lei não diz que reintegração de posse não pode ocorrer antes dos leilões

Nancy Andrighi também destacou que não é possível extrair do referido dispositivo legal qualquer indicação de que a reintegração de posse do imóvel não poderia ser deferida em favor de seu proprietário antes da realização dos leilões.

Para a ministra, essa conclusão é confirmada pelo que está disposto no artigo 37-A da Lei 9.514/1997, que estabelece a incidência de taxa de ocupação desde a data da consolidação da propriedade no patrimônio do credor fiduciário.

Supremo mantém pagamento de honorários à Defensoria Pública da Bahia


(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Segundo ministro Fachin, verba é devida mesmo quando o estado ficar vencido em ação apresentada pela Defensoria.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) que garantiu à Defensoria Pública local o recebimento de honorários advocatícios em ações contra a administração estadual. A decisão foi tomada na Reclamação (RCL) 69080.

Em ação apresentada pela Defensoria Pública estadual (DPE-BA), o TJ-BA condenou o governo baiano a fornecer tratamento médico para uma pessoa pobre portadora de doença grave e arbitrou honorários de 15% do valor da causa para a Defensoria. O fundamento foi o Tema 1.002 da repercussão geral, em que o STF reconhece que são devidos os honorários sucumbenciais (pagos pela parte vencida ao advogado da parte vencedora) às Defensorias Públicas, mesmo em ações propostas contra qualquer ente público.

Na RCL 69080, o governo da Bahia argumentava que a legislação estadual afasta o recebimento de honorários quando a Defensoria atua contra a administração pública.

Lei nacional

Ao negar o pedido, Fachin explicou que a Lei Complementar federal (LC) 80/1994, que fixa as normas gerais de organização das Defensorias, prevê expressamente o pagamento das verbas, inclusive quando devidas por entes públicos, e destina os valores ao aparelhamento da entidade e à capacitação profissional de seus membros e servidores. Assim, eventuais leis locais em sentido contrário terão sua eficácia suspensa.

O ministro ressaltou ainda que, no Tema 1.002, o STF analisou a controvérsia de forma ampla, levando em consideração o caráter nacional da LC 80/1994. Portanto, não há situação excepcional que justifique a não aplicação da tese ao caso.

STF nega pedido de Olinda (PE) para cobrar taxa de terras doadas em 1537

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou pedido do Município de Olinda (PE) para cobrar taxa pela ocupação de terrenos situados em seu território e nas cidades de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho.

O caso teve origem em ação ajuizada na Justiça Federal pelo município contra a União e a Santa Casa de Misericórdia do Recife, que hoje cobram a taxa de foro (valor pago anualmente ao proprietário em razão da ocupação de imóvel) sobre diversos terrenos que Olinda alega serem de sua propriedade. Segundo o município, as terras foram doadas em 1537, quando se chamava Villa de Olinda, por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco. Seu argumento era de que esse ato não foi revogado por nenhum texto constitucional ou lei e, portanto, teria o direito de cobrar pelo uso dos terrenos.

Propriedade da União - O pedido foi negado na primeira instância e no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). Para o TRF-5, desde a primeira Constituição republicana, de 1891, a doação, feita no século XVI, seria incompatível com a lógica do regime republicano. Além disso, a Constituição de 1937 não resguardou direitos anteriores e, sob sua vigência, um decreto disciplinou de forma ampla os chamados imóveis de marinha e reconheceu a União como titular dessas áreas. O domínio foi mantido pela Constituição de 1988.

Inviabilidade - No Recurso Extraordinário (RE) 1477018, o município questionou essa decisão. No julgamento, a Turma confirmou decisão individual da relatora, ministra Cármen Lúcia, que rejeitou o recurso. Ela destacou que, para rever o entendimento do TRF-5, seria necessário analisar a legislação infraconstitucional e as Constituições anteriores à de 1988, e isso não é possível em recurso extraordinário.

STF encaminha resultado de auditoria para fundação de previdência de servidores do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, encaminhou relatório de fiscalização para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud). O trabalho apresentou contribuições para aprimoramento da transparência da entidade e do processo eleitoral para escolha de seus dirigentes.

Além disso, foi realizado o monitoramento das recomendações expedidas em avaliações anteriores. O documento foi elaborado por uma equipe de auditoria constituída especificamente para essa finalidade, formada por servidores indicados pelos órgãos patrocinadores da Funpresp-Jud.

Os trabalhos de auditoria foram realizados de 10/11/2023 a 09/05/2024, sob presidência da Auditoria Interna do STF.

Recomendações

No relatório, foram emitidas recomendações à entidade. O documento aponta que a implementação dos pontos sugeridos pelos auditores pode gerar os seguintes benefícios:

– Promoção da transparência em todos os níveis de governança – a fim de garantir aos participantes, aos assistidos e à sociedade o acesso a informações confiáveis, relevantes, de forma clara e apropriada;

– Aprimoramento do processo eleitoral da Funpresp-Jud – relacionado a um maior engajamento dos participantes, adoção de práticas de governança e tratamento do risco de integridade e conflito de interesse identificado no modelo adotado atualmente.

É vedado ao juiz decretar, de ofício, prisão preventiva

Resumo em texto simplificado

O presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, concedeu liminar em habeas corpus para um homem que, durante a audiência de custódia, teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva pelo juiz, de ofício.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676